

**COP16**



## **CEBDS NA COP 16**

### **Primeira Semana**

A semana começou relativamente calma no início da 16ª Conferência das Partes à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 16), realizada em Cancun, México, entre 29 de novembro e 10 de dezembro. Cerca de 15.000 pessoas foram aos poucos chegando a Cancun para participar ou acompanhar as negociações climáticas de perto. Embora o Japão tenha anunciado logo nos primeiros dias que não participaria de um segundo período de compromisso no âmbito do Protocolo de Quioto, o que lhe rendeu um dos primeiros troféus “*Fossil of the Day*” da Conferência, em geral as negociações transcorreram sem grandes sobressaltos durante a primeira semana. A presidência da COP, exercida pela Ministra das Relações Exteriores do México, Patricia Espinosa, foi elogiada ao longo da Conferência pela transparência e pelos esforços voltados à promover o equilíbrio das discussões, um processo já iniciado nas reuniões preparatórias para a Conferência. Também é fato que a baixa expectativa geral pelo resultado desta COP tirou a pressão dos negociadores em obter um acordo final legalmente vinculante neste momento, muito embora fosse esperado que a COP 16 resultasse em um pacote de decisões amplo e equilibrado para orientar e adiantar o processo para Durban, África do Sul, onde será realizada a próxima Conferência das Partes, em dezembro de 2011.

Prossegue a diferença marcante entre países que querem a continuação do Protocolo de Quioto, com regras atualizadas para a redução de emissões no segundo período de compromisso, e países que querem a elaboração de um novo acordo válido a partir do fim do primeiro período de compromisso do Protocolo, em 2012, preferencialmente com metas definidas para todos os grandes emissores – inclusive países em desenvolvimento. A discussão sobre o formato do segundo período de compromisso, assim como a referente ao nível de compromisso que deve ser assumido pelos países industrializados, são feitas no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Compromissos Adicionais para Partes Anexo I no âmbito do Protocolo de Quioto, o AWG-KP, e um impasse nessas discussões também tem um impacto na outra trilha da Convenção, o Grupo de Trabalho de Cooperação a Longo Prazo (AWG-LCA). Nesse Grupo, são discutidas as futuras formas de mitigação, adaptação, aportes financeiros e redução de emissões por desmatamento em países em desenvolvimento (REDD), entre outros assuntos relevantes. A palavra que mais foi ressaltada em ambas as trilhas de negociação e que resume a expectativa de todos para Cancun é “equilíbrio”. No entanto, houve críticas de que alguns dos pontos decisivos para a obtenção de um acordo que efetivamente resulte na



**CEBDS**

Conselho Empresarial Brasileiro  
para o Desenvolvimento Sustentável



Vinculado ao

World Business Council for  
Sustainable Development

estabilização necessária do aumento de temperatura da terra, como o estabelecimento do ano de pico para as emissões, a contabilização incorreta de emissões por manejo florestal de países desenvolvidos, o equilíbrio entre medidas de mitigação e de adaptação e a forma legal que o texto do LCA deveria tomar, não estariam sendo debatidos com a ênfase necessária, o que poderia produzir um texto fraco e disperso.

Outro ponto de preocupação é que todas as promessas de redução de emissões feitas no âmbito do Acordo de Copenhague não chegam juntas nem perto das reduções necessárias para se manter o aumento de temperatura dentro do limite acordado de 2°C – limite este que também foi questionado por muitos, que ressaltam os novos estudos prevendo que, para que as consequências do aquecimento global não sejam extremas, é necessário estabelecer um limite máximo de aumento de temperatura de 1,5°C. Essa inadequação dos compromissos voluntários feitos até o momento foi apontada por um relatório do PNUMA intitulado “*the Emissions Gap*” – o relatório avalia que há uma lacuna de 9 gigatonnes entre o que foi prometido e o que deve ser de fato reduzido.

### **Logística da Conferência**

Pelos corredores, tanto os ‘marinheiros de primeira COP’ quanto participantes familiarizados com a dinâmica da Conferência do Clima estranharam a distância entre os tradicionais eventos paralelos e as negociações. Em Cancun, os organizadores decidiram dividir os espaços em dois: o Cancunmesse, um grande pavilhão de exposições localizado à beira da estrada principal, ficou como o centro de chegada e partida para a região de hotéis, a cerca de 30-40 minutos de distância, e para o Moon Palace, o centro de negociações. No messe, ficaram também a área de credenciamento, as salas de eventos paralelos, os espaços nacionais, e os estantes das instituições, como o do CEBDS, localizado no número 23. No Moon Palace, um grande complexo hoteleiro a cerca de 20 minutos do Cancunmesse, os espaços também foram divididos em dois grandes centros de eventos, onde ocorreram as plenárias e reuniões de grupos de contato, grupos informais e grupos de países, como o G-77 e China, do qual o Brasil faz parte. Também ficaram no Moon Palace as conferências de imprensa, os escritórios das delegações e, em um outro prédio a 10 minutos de distância, o centro de mídia. Essa separação entre os eventos foi criticada por grande parte dos participantes, já que a necessidade de enfrentar uma fila e uma viagem de ônibus dificultou o livre trânsito entre o acompanhamento das negociações e a presença em eventos paralelos de interesse, como em COPs anteriores. Assim, grande parte dos negociadores ficou restrita ao Moon Palace, e aqueles que tradicionalmente acompanham os eventos paralelos tiveram mais dificuldade em acompanhar as negociações – a informação sobre o que estava acontecendo nos bastidores das negociações, que em COPs anteriores fluía com naturalidade entre os participantes, também ficou muito limitada nesta COP.



**CEBDS**

Conselho Empresarial Brasileiro  
para o Desenvolvimento Sustentável



Vinculado ao

World Business Council for  
Sustainable Development

## **Espaço Brasil**

O espaço montado pelo governo brasileiro em parceria com o setor privado – um pavilhão de 450 metros quadrados logo na entrada dos pavilhões nacionais – foi muito elogiado por todos que o visitaram. O Espaço Brasil contou com uma exposição permanente sobre a Amazônia e com um auditório, o que permitiu a realização de vários eventos relacionados à questão do clima no Brasil. Foram realizados desde eventos com foco governamental, como iniciativas do setor privado, assim como mesas redondas, lançamentos de publicações e de vídeos – o lançamento da Segunda Comunicação do Brasil à UNFCCC, que contém o inventário de emissões do país entre 1994 e 2000, também foi realizado no auditório do Espaço Brasil, no dia 09 de dezembro, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O CEBDS também participou do Espaço Brasil – no dia 03 de dezembro, no final da primeira semana, o CEBDS realizou uma mesa redonda junto com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o tema “Caminhos Empresariais para uma Economia de Baixo Carbono no Brasil”. A mesa redonda contou com a presença das Coordenadoras de Clima das três instituições: Sofia Shellard, pelo CEBDS, Paula Bennati, pela CNI, e Bárbara Oliveira, pela FGV, que juntas abordaram questões relativas a iniciativas empresariais e o desafio climático, além de promover um debate sobre os atuais desafios na gestão do baixo carbono pelas empresas no Brasil e cenários futuros. O evento teve uma boa repercussão entre seus expectadores – entre eles o ex-Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc –, que aproveitaram para perguntar sobre a questão da competitividade empresarial em relação a restrições climáticas, e como as políticas governamentais de clima têm afetado o setor empresarial. A Coordenadora de Clima do CEBDS, Sofia Shellard, ressaltou a necessidade de uma maior coesão entre a Política Nacional e as políticas estaduais de clima, e lembrou que o CEBDS enviará uma carta assinada conjuntamente com a CNI para o Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), solicitando orientações em relação à questão da adicionalidade dos projetos em estados com metas de redução, já que a obrigatoriedade de redução de emissões pela Política Estadual de Mudança do Clima de São Paulo, por exemplo, pode afetar negativamente os projetos desenvolvidos nesse estado.

## **Outros eventos voltados ao Setor Privado**

No fim de semana, foi realizado um evento empresarial de grande porte no Hotel Ritz-Carlton de Cancun, em paralelo à COP 16 – o World Climate Summit. No sábado, dia 04, a Presidente Executiva do CEBDS, Marina Grossi, foi uma das principais palestrantes do painel “Women and Green Economy”, promovido pelo Earth Day Network, que abordou aspectos relevantes relativos à representatividade e liderança feminina no setor empresarial voltado à economia



verde. O World Climate Summit contou ainda com palestrantes como o economista Lord Nicholas Stern, o CEO do Grupo Virgin, Sir Richard Bronson, e Ted Turner.

No dia 06 de dezembro, o World Business Council realizou o seu já tradicional Business Day, que ocorre desde a COP 13, em Bali. Abrindo o evento, a Secretária Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), Christiana Figueres, incentivou o setor empresarial a liderar iniciativas e engajar os governos dos seus países para que esses desenvolvam uma posição mais proativa e transformadora nas negociações internacionais de clima. Com o foco no conceito de “construir pontes” entre o setor privado e os governos para a obtenção de um acordo climático eficaz, o Business Day contou com a participação de uma das diretoras do CEBDS, Vânia Somavilla, da Vale, no painel sobre novas formas de cooperação Sul-Sul voltadas a uma nova economia ‘verde’. A Presidente Executiva do CEBDS, Marina Grossi, também prestigiou o evento, que foi realizado no Hotel Westin.

### **Segunda Semana**

A segunda semana viu a chegada progressiva de Ministros para a sessão de alto nível; seguindo a premissa da transparência e equilíbrio, e com a determinação de não repetir o fiasco de Copenhague, onde apenas um grupo restrito de chefes de estado desenhou uma proposta de acordo, a Ministra Espinosa deixou claro que o papel dos ministros na Conferência de Cancun seria o de ajudar os negociadores, e não substituí-los na obtenção de um acordo que satisfaça as expectativas dos países desenvolvidos e as dos países em desenvolvimento. Com o objetivo de criar um ambiente mais lúdico para os debates, a Ministra convidou os ministros presentes a um jantar à beira da praia, seguido de uma visita a uma área de desova de tartarugas marinhas.

O protagonismo brasileiro foi registrado no convite feito à Ministra Izabella Teixeira para co-facilitar junto com o Reino Unido as discussões sobre o segunda período de compromisso do Protocolo de Quioto no nível ministerial – o que incluiu destravar os impasses entre países em desenvolvimento e os industrializados, principalmente aqueles ameaçando sair do Protocolo. Além dessa co-facilitação, a Ministra participou de várias reuniões bilaterais com os ministros de outros países, na tentativa de avançar as negociações.

No dia 08 de dezembro, o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC) realizou uma reunião na sala Sandía do Cancunmesse, contando com a presença da Ministra, da Secretária de Mudanças Climáticas do MMA, Branca Americano, e do presidente do FBMC, Luiz Pinguelli Rosa. Durante a reunião, a Ministra se mostrou otimista em relação às negociações e relatou que a orientação recebida da Presidência foi a de que a missão dos co-facilitadores em nível



ministerial foi a de ouvir os países sobre os desafios e possibilidades de flexibilização em relação às propostas, e tentar obter um consenso.

Durante a reunião do Fórum, a Ministra também enfatizou a importância da participação da sociedade civil organizada na elaboração e discussão das políticas públicas de meio ambiente no Brasil, principalmente àquelas voltadas à mudança do clima, e solicitou a ajuda do FBMC e seus participantes na definição e gestão do recém-aprovado Fundo Clima. A Ministra informou ainda que houve um aporte de 18 milhões de euros por parte da Alemanha ao Fundo Amazônia – que deve ser destinado também a iniciativas na área do Cerrado – e que possivelmente haverá uma reunião no dia 16 de dezembro, em Brasília, para lançamento do Comitê Gestor do Fundo Clima.

A Ministra também falou na plenária do dia 09 de dezembro, destinada a Ministros e Chefes de Estado. Na sua fala, a Ministra anunciou a assinatura do decreto regulamentando a Política Nacional de Mudanças Climáticas pelo Presidente Lula, assim como sua publicação no Diário Oficial da União. O Decreto Nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, especifica metas para cinco setores: desmatamento na Amazônia, desmatamento no Cerrado, agricultura, energia e siderurgia, e pode ser encontrado no endereço: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm).

O Brasil também foi parabenizado pelos recordes no combate ao desmatamento. No dia 02 de dezembro, a *newsletter* ECO, produzida por ONGs, noticiou que o país mostrou aos outros participantes da Conferência que é possível apresentar resultados positivos em termos de redução de emissões, em vez de promessas. A redução de mais de 27.000 km<sup>2</sup> em 2004 para menos de 6.500 km<sup>2</sup> de área amazônica em 2010 foi considerada a maior redução de emissões realizada por qualquer país do mundo – e corresponde a 67% da meta de 80% de redução em desmatamento estabelecida pelo governo brasileiro para 2020.

Por outro lado, vários países ganharam o troféu “Fóssil do Dia” ao longo da COP 16: a Rússia deu um passo para trás ao afirmar que, como o Japão, não aderirá a um segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto, e o Canadá indicou que o seguirá o mesmo caminho. Os Estados Unidos continuam a ser vistos com certa antipatia, já que, além do fracasso da Lei sobre Mudança do Clima, que não foi aprovada pelo Senado americano, o país colocou empecilhos à adoção de uma decisão sobre **transferência de tecnologias** no âmbito da Convenção – um tema caro aos países em desenvolvimento. Os americanos alegavam que as Partes deveriam somente *considerar* um mecanismo de transferência nas discussões de Cancun, e não a adoção de um texto sobre o assunto.

Em relação ao **Fast Start Finance (FSF)**, o compromisso assumido pelos países desenvolvidos de desembolsar US\$30 bilhões para o financiamento de iniciativas climáticas



**CEBDS**

Conselho Empresarial Brasileiro  
para o Desenvolvimento Sustentável



Vinculado ao

World Business Council for  
Sustainable Development

pelos países em desenvolvimento entre 2010 e 2012, embora a União Européia tenha prometido 7,2 milhões de euros, ainda não está claro se parte do dinheiro virá da tradicional assistência ao desenvolvimento (ODA), e há críticas em relação a somente 1/3 do financiamento ser destinado à adaptação, assim como ao fato de metade dos recursos estar em forma de empréstimos. Por outro lado, um relatório apresentado pelo Secretário Executivo da ONU, Ban Ki-moon em novembro avalia que é viável levantar os US\$100 bilhões por ano até 2020 para iniciativas de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento, conforme estabelecido em Copenhague. Esses fundos viriam de várias fontes, como impostos sobre o carbono, mercado, bancos e financiamento público.

Nas discussões relativas ao **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**, a embora a Bolívia tenha feito oposição à continuação do mecanismo em um segundo período de compromisso, as negociações foram progredindo ao longo da semana no tema de *standardized baselines*, que ao estabelecer referências padronizadas para determinados setores (energia, por exemplo), pode facilitar o estabelecimento de linhas de base para projetos. A discussão envolvendo a aceitação de projetos de Captura e Armazenamento de Carbono (CCS) no âmbito do MDL, assim como as discussões sobre Florestas em Exaustão, no entanto, ainda esbarram nas ressalvas de vários países, e parece que não haverá nenhuma decisão relevante sobre nenhum dos dois assuntos tão cedo.

Também houve um avanço nas discussões sobre **REDD+**, mas vários participantes ressaltaram a necessidade de se manter os princípios chave para a adoção de um mecanismo eficaz e compreensivo que reduza as emissões por desmatamento. Para isso, três pontos principais devem ser considerados: a questão do vazamento, para evitar que o desmatamento simplesmente migre para outras áreas ou outros países; o estabelecimento de um mecanismo de financiamento adequado e contínuo, assim como orientações sobre como esse mecanismo será implementado; e o estabelecimento de sistemas de monitoramento eficazes, com a incorporação de salvaguardas. Também se espera uma definição sobre a participação de comunidades locais e indígenas no processo.

Na reta final da COP 16, os negociadores viraram noite para chegar a um consenso sobre vários pontos e, na quinta, já havia um certo desânimo sobre os possíveis resultados das negociações – os textos oficiais do KP e do LCA já circulavam, mas com vários parênteses marcando as partes dos textos onde ainda não havia consenso. O jornal inglês the Guardian publicou um artigo denunciando um texto alternativo preparado pela União Européia e pelos pequenos estados insulares em desenvolvimento, provocando um certo receio de que haveria uma repetição do que ocorreu em Copenhague – com resultados finais desastrosos. No entanto, seguindo a política adotada de transparência e inclusividade, a presidência mexicana refutou qualquer texto paralelo, e manteve-se focado nos textos oficiais. Como manifestado



pelo Secretário inglês de Energia e Clima, Chris Huhne, se Cancun não tivesse resultados positivos, haveria um sério risco das negociações em Durban serem negociações fantasmas – sem a presença de nenhum negociador sênior.

### **Acordo**

Na manhã do último dia da Conferência, o clima ainda era de “otimismo cauteloso”, como colocado pelo Embaixador Figueiredo, negociador-chefe brasileiro; os textos do Grupo de Trabalho de Ação a Longo Prazo (AWG-LCA) e do Grupo de Trabalho sobre Compromissos Adicionais para Partes Anexo I no âmbito do Protocolo de Quioto (AWG-KP) que deveriam sair pela manhã cedo ainda estavam passando por consultas e os negociadores começaram a se amontoar em frente ao balcão de documentação. O texto do KP saiu às 15hrs, e o do LCA somente por volta das 18hrs. Depois do tempo necessário para a leitura dos dois documentos, o humor mudou rapidamente no Moon Palace, com a constatação de que os textos incorporavam grande parte das concessões e preocupações tanto dos países industrializados quanto em desenvolvimento. O árduo trabalho da presidência mexicana ao longo do processo foi recompensado com uma salva de palmas de 5 minutos de pé na plenária à Ministra Patricia Espinosa.

Ao abrir a plenária para uma reunião informal logo antes da plenária oficial, a Ministra deu a palavra aos países que, um a um, agradeceram a transparência e o esforço mexicano e indicaram a aceitação aos textos propostos. A Bolívia, no entanto, foi o único país a se opor veementemente aos documentos, alegando que eles não representavam a sua posição, e que os termos eram vagos e não garantiriam a redução necessária de GHGs para estabilizar o aumento da temperatura, já que não especificava metas para os países desenvolvidos, discussão esta que ficou para a COP 17. A Venezuela e a Arábia Saudita solicitaram respeito à posição boliviana, e um retorno à sala de discussões, assim como Cuba, que também demonstrou insatisfação. As Malvinas, por outro lado, pontuaram que não havia mais o que discutir - o texto não é perfeito, todos os países fizeram concessões, mas os documentos representam um grande passo adiante em direção a um acordo internacional sobre o clima. O pacote “amplo e equilibrado” de decisões havia sido finalmente obtido e, respaldados por palmas emocionadas da platéia de negociadores e observadores, a grande maioria dos países – inclusive o Brasil – manifestou seu apoio à adoção dos textos. Às 4:30hrs da madrugada de sábado, apesar da oposição de Bolívia, o martelo foi batido, selando um fim bem sucedido às negociações da COP 16. O texto não estabelece a continuação do Protocolo de Quioto, mas é um grande avanço em relação às duas últimas negociações, e já prepara o terreno para um acordo climático legalmente vinculante no ano que vem. Os textos do KP e do LCA estão disponíveis na página da UNFCCC (<http://unfccc.int>) para consulta.





**Alguns dos elementos acordados no pacote incluem:**

- A necessidade de se estabilizar o aumento da temperatura em menos de 2°C abaixo dos níveis pré-industriais, e que se deve levar em consideração o conhecimento científico, inclusive o que faz referência à restrição do aumento de temperatura abaixo de 1,5°C;
- A necessidade de ações mais amplas de mitigação, com a liderança dos países desenvolvidos na adoção de reduções ambiciosas, e proporcionando recursos financeiros, tecnológicos e de capacitação para países em desenvolvimento. As ações voluntárias dos países em desenvolvimento para a redução de emissões (NAMAs) também serão reconhecidas no âmbito do processo – será montado um registro para relacionar essas ações de mitigação e compatibilizar apoio financeiro e tecnológico de países industrializados a essas ações;
- A necessidade de engajar um amplo espectro de atores em todos os níveis, incluindo governos locais, o setor privado e a sociedade civil;
- **KP:** As Partes signatárias do Protocolo de Quioto concordaram em continuar as negociações com o objetivo de completar o trabalho e assegurar que não haverá uma lacuna entre os primeiro e o segundo período de compromisso do Tratado;
- **Vulnerabilidade e Adaptação:** As Partes lançaram um conjunto de iniciativas e instituições para proteger os países e populações vulneráveis da mudança climática e para empregar os recursos e tecnologias necessários para que os países em desenvolvimento planejem e construam um futuro sustentável. Também foi estabelecido uma nova estrutura de Adaptação (*Cancun Adaptation Framework*) para permitir a implementação de projetos de adaptação em países em desenvolvimento por meio de apoio financeiro e tecnológico crescente, com a inclusão de um processo claro para um trabalho contínuo relativo a perdas e danos;
- **Financiamento:** foi assumido um compromisso coletivo dos países desenvolvidos em levantar um total de US\$30 bilhões para apoiar ações referentes à mudança climática nos países em desenvolvimento entre 2010 e 2012, com um bom equilíbrio entre ações de mitigação e de adaptação. O texto também reconheceu a intenção dos países industrializados em levantar US\$100 bilhões por ano em fundos a longo prazo até 2020. Além disso, foi estabelecido um Fundo Verde no âmbito da Convenção, com um Conselho



composto por partes de forma equitativa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento – o Banco Mundial servirá como administrador do Fundo de modo provisório;

- **REDD+**: Os governos acordaram incrementar as ações voltadas a reduzir emissões por desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento por meio de estratégias e planos de ação nacionais, e com apoio financeiro e tecnológico de países desenvolvidos. Também acordaram o desenvolvimento de níveis de referência e de um sistema robusto de monitoramento;
- **Transferência de tecnologias**: foi estabelecido um mecanismo de tecnologia contando com um Comitê Executivo de Tecnologia e um Centro e Rede de Tecnologia em Clima para ampliar a cooperação tecnológica em apoio a ações de mitigação e adaptação.

## **EVENTO PARALELO DO CEBDS**

No dia 07 de dezembro, o CEBDS realizou um evento paralelo na sala Cacao do Cancunmesse sobre os “Desafios e oportunidades para a sustentabilidade dos megaeventos no Brasil”, seguido do lançamento da sua publicação: **Diretrizes para a Sustentabilidade dos Megaeventos: o Rio de Janeiro e a questão climática**. O evento teve o formato dinâmico de uma mesa redonda, e contou com a participação de Rodrigo Rosa, assessor especial do prefeito do Rio de Janeiro; Sergio Weguelin, Superintendente de Meio Ambiente do BNDES; Vânia Somavilla, Diretora de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Vale; e de Vicente Schmall, Consultor Sênior, Emissões Atmosféricas e Mudança Climática.

A Presidente Executiva do CEBDS, Marina Grossi, abriu o evento enfatizando a importância de incorporar os três pilares da sustentabilidade – os aspectos econômicos, sociais e ambientais – no planejamento dos megaeventos planejados para o Brasil no futuro próximo: a Rio+20, em 2012, a Copa, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Marina também observou que a transformação das áreas urbanas para esses megaeventos proporciona uma oportunidade de preparar as cidades para o futuro, e que é importante promover parcerias público-privadas que possam trazer benefícios a longo prazo para as cidades sede e suas populações. O objetivo do CEBDS ao longo deste e dos próximos anos é promover o debate sobre como melhor aproveitar a realização desses megaeventos de modo a garantir um legado sustentável para o país.

Durante o debate, Rodrigo Rosa falou sobre algumas das iniciativas planejadas da prefeitura para garantir uma abordagem holística aos critérios de sustentabilidade ambiental



**CEBDS**

Conselho Empresarial Brasileiro  
para o Desenvolvimento Sustentável



Vinculado ao

World Business Council for  
Sustainable Development

estabelecidos para os eventos de grande porte planejados para o Rio, enfatizando a necessidade de se pensar no legado dos eventos para a cidade. Sergio Weguelin mencionou os critérios e vantagens estabelecidos pelo BNDES nas suas concessões de crédito para incentivar investimentos ambientalmente corretos, ao passo que Vânia Somavilla abordou algumas possíveis formas de parceria público-privadas no âmbito de um planejamento sustentável dos megaeventos. Por sua vez, Vicente Schmall citou algumas das formas como grandes empresas com foco em energia, como a Petrobras, podem contribuir para grandes eventos.

Por fim, Carolina Dubeux, da COPPE/UFRJ, apresentou os resultados da primeira publicação do CEBDS voltada à sustentabilidade dos megaeventos, ressaltando a necessidade de se desenvolver uma metodologia única para a avaliação das emissões de gases de efeito estufa resultantes da realização de megaeventos, como a Copa do Mundo ou os Jogos Olímpicos, para (1) melhor avaliar e gerir as emissões, e (2) facilitar a comparação entre as emissões de cada evento.

O evento teve uma excelente audiência, entre um público brasileiro e estrangeiro, e contou com a participação ativa dos expectadores no debate em uma rodada de perguntas sobre as iniciativas existentes e planejadas relativas à sustentabilidade dos megaeventos e seu legado. A publicação, que foi distribuída no coffee break oferecido ao final do evento, também teve ótima receptividade – as 200 edições levadas à COP sumiram rapidamente do stand do CEBDS, com várias solicitações do endereço eletrônico de onde a publicação poderá ser acessada.

20/12/2009 - 12h27

## **Análise: México é próxima parada na negociação da ONU sobre clima**

**ALISTER DOYLE**da **Reuters**, em Copenhague

O mundo achará difícil retomar no México, em 2010, as negociações climáticas lideradas pelas Nações Unidas depois de um acordo nada ambicioso ser assinado em Copenhague, sem prazo para um tratado legal e vinculante entre os países.

O México vai receber as próximas negociações ministeriais no âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas), entre 29 de novembro e 10 de dezembro de 2010, para incrementar o Acordo de Copenhague, que busca limitar o aumento das temperaturas a não mais que 2°C em relação às registradas nos tempos pré-industriais. Mas não diz como chegar a essa meta.

Por meses, as Nações Unidas insistiram que as negociações de Copenhague, culminando na cúpula com 120 líderes mundiais na sexta-feira, tinham de ser um "ponto de virada" na desaceleração das mudanças climáticas, com compromissos entre os países para redução das emissões de gases do efeito estufa.

No sábado, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, reconheceu que o acordo --liderado por Estados Unidos e China e que não fala em compromissos nacionais-- ficou abaixo das expectativas, mas é um "importante começo."

Uma mudança para o México, um país no meio do caminho entre os ricos e os pobres, pode ajudar as negociações que quase fracassaram em meio a alegações de Sudão e Venezuela de que a anfitriã Dinamarca estava inclinada em favor dos interesses dos ricos. O México "pode ser muito melhor. para preencher essa difícil tarefa de construir pontes," disse Kim Carstensen, chefe da iniciativa climática global do grupo ambiental WWF.

Documentos da ONU assinados em Copenhague dizem que os resultados de grupos-chaves de trabalho serão usados "por adoção" ao México - embora não incluam as exigências de muitos países de que os textos deveriam ser "um tratado legalmente vinculante." Muitos países querem que a reunião do México avance no debate.

"Existe um risco muito grande de que tenhamos perdido o impulso," afirmou um importante delegado sobre a luta contra as emissões, que causam ciclones mais poderosos, extinguem espécies, causam secas e deslizamentos e aumentam os níveis dos oceanos.

### **Obama**

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, comemorou o acordo, originalmente negociado com a China e outras economias emergentes, como sendo um passo histórico e prometeu a aumentar "o impulso que estabelecemos em Copenhague." China e EUA são os principais emissores de gases causadores do efeito estufa. Até agora a agenda dos dois não reflete urgência no assunto.

A próxima reunião da ONU sobre o clima será uma sessão semestral entre autoridades na cidade alemã de Bonn, de maio 31 a 11 de junho próximos. Por comparação, em 2009, foram três rodadas de negociação em Bonn e outras sessões em Bancoc e em Barcelona, antes de Copenhague.

Fora o reconhecimento do teto de 2°C, a decisão do sábado deu apoio a uma "meta" de um fundo de US\$ 100 bilhões anuais até 2020 para ajudar os países pobres a combater as mudanças climáticas, com um rápido início de US\$ 10 bilhões entre 2010 e 2012.

O acordo não foi formalmente adotado por todos os países devido à oposição de alguns emergentes que consideram que ele ignora as real necessidades dos pobres.

Alguns analistas afirmam que um acordo EUA e China pode melhorar a perspectiva de ação do Senado dos EUA para limitar as emissões de carbono em 2010. Os EUA são o único país industrializado sem restrição nas emissões.

Um problema para Copenhague foi a falta de outros prazos. O primeiro período do Protocolo de Kyoto, que vincula todos os países exceto pelos EUA a cortar emissões, vale até 31 de dezembro de 2012. Copenhague não produziu muitas promessas, mas todos os principais países estabeleceram metas de emissões para 2020 desde que as negociações foram iniciadas em Bali, na Indonésia, em 2007. Muitos desses objetivos eram faixas de previsão de corte das emissões, que dependiam de um acordo forte em Copenhague.

Sob o Acordo de Copenhague, o primeiro prazo para submissão dos planos às Nações Unidas para conter as emissões é 31 de janeiro de 2010.

---

**Endereço da página:**

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u669256.shtml>

---

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,mexico-descarta-acordo-final-em-cupula-de-cancun-sobre-o-aquecimento,524993,0.htm

 **ESTADÃO.COM.BR** / Vida &

## México descarta 'acordo final' em cúpula de Cancún sobre o aquecimento

Ministro mexicano diz que prioridade é definir metas para, depois, discutir legalidade do texto

16 de março de 2010 | 11h 19

O ministro do Meio Ambiente e Recursos Naturais mexicano, Juan Rafael Elvira, descartou nesta segunda-feira, 15, a possibilidade de conseguir um "acordo final" na cúpula sobre a mudança climática que acontecerá em Cancún, no final do ano, mas insistiu na necessidade de entrar em acordo sobre medidas operacionais.



Olivier Hoslet/EPA/EFE

Ministro mexicano espera ver 'sinais claros' dos países desenvolvidos antes da cúpula do clima

O ministro destacou a importância do corte das emissões causadas pelo desmatamento e da mobilização da ajuda aos países em desenvolvimento a curto prazo.

Elvira, que participou como convidado em Bruxelas do Conselho de Ministros Europeus de Meio Ambiente, também descartou que essa reunião será apenas um mero trâmite. "Não estamos buscando um trâmite. O México não procura trâmites. O presidente (mexicano, Felipe) Calderón definiu com muita clareza que é um processo difícil mas necessário para o mundo", indicou.

"Temos que definir as decisões operacionais e as metas que queremos conseguir em Cancún e, então, pensar nas formas legais delas", acrescentou.

Elvira indicou que o México terá a sua lista de metas para a conferência pronta em junho ou julho, quando as explicará "claramente a todas as partes" a fim de obter a mesma resposta da comunidade internacional.

Além disso, indicou que antes de chegar a Cancún seu país "quer ver alguns sinais claros" dos países desenvolvidos para "demonstrar que se pode combater a mudança climática com decisões operacionais".

O ministro mexicano também foi questionado sobre as declarações da comissária europeia de Ação pelo Clima, Connie Hedegaard, que reconheceu na semana passada que achava difícil conseguir um acordo internacional vinculativo para substituir o Protocolo de Kioto em Cancún.

1

"Acho que ela se refere a um acordo vinculativo legalmente. Estamos falando de conseguir objetivos realizáveis", apontou, referindo-se ao corte das emissões do desmatamento, ao apoio a longo prazo aos países e ao financiamento adiantado que foi

estipulado na cúpula de Copenhague aos Estados em desenvolvimento (US\$ 30 bilhões para 2010-2012). Ele também assinalou que o Protocolo de Kioto deverá continuar vigente, até que se tenha "outro instrumento complementar ou substitutivo".

Quanto à natureza da reunião de Cancún, Elvira afirmou que, por enquanto, ela se coloca como uma cúpula em nível de ministros de Meio Ambiente. "Esta é a primeira fase. Não estamos pensando na presença de chefes de Estado agora, porque se estes assistem é porque teremos a conclusão final de um acordo contra o aquecimento global", disse.

Ele assegurou ainda que "não seria muito sábio" que os resultados de Cancún dependessem das decisões do Congresso americano, e ressaltou que é necessário escutar e levar em conta a opinião de todas as partes.

#### **Veja também:**

- **[Emissão de CO2 atinge novo pico, apesar da recessão econômica](#)**
- **[Vulcões submarinos ajudam a frear o aquecimento, dizem especialistas](#)**
- **[China critica reunião 'panelinha' em cúpula climática da ONU](#)**
- ! **[Glossário sobre o aquecimento global](#)**
- ! **[Rumo à economia do baixo carbono](#)**



Publicado em *Radio Netherlands Worldwide* (<http://www.rnw.nl>)

## Alemanha convoca nova reunião climática como preparação para cúpula do México

Por *Anonymous*

Criado em 30 Abril 2010 17:15

A Alemanha convoca a partir de domingo às margens do Reno uma reunião ministerial sobre o clima co-presidida pelo México, anfitrião da próxima conferência da ONU, para tentar dar impulso às difíceis negociações desde o fracasso da COP15 em dezembro em Copenhague.

A chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente mexicano, Felipe Calderón, abrirão o "diálogo de Petersberg", nome do castelo que os receberá perto de Bonn.

Cerca de 40 ministros anunciaram sua participação neste encontro que se prolongará até terça-feira com o propósito de restabelecer a confiança abalada pelo infeliz desenlace da cúpula de Copenhague, ante a perspectiva da próxima conferência no México, no final de novembro.

"As negociações se veem deteriorada pela falta de confiança e liderança", destaca o ministro do Meio Ambiente alemão, Norbert Röttgen, em sua carta de convite.

O primeiro encontro do ano, em meados de abril, em Bonn, com apoio da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CMNUCC), permitiu medir a desconfiança entre as delegações e o alcance dos obstáculos a superar.

"Se assistirmos a outro fracasso no México, isso trará consigo uma grave perda de confiança sobre a eficácia desse processo", advertiu, então, o secretário-geral da convenção, Yvo de Boer.

Fora a Europa, que envia sete ministros e sua comissária para o clima, Connie Hedegaard, estarão representados os Estados Unidos, os grandes emergentes (China, Índia, Brasil e África do Sul), assim como a África, os pequenos Estados insulares (Maldivas, Granada, Barbados) e alguns dos países mais vulneráveis ao problema, como Bangladesh.

**URL de origem:** <http://www.rnw.nl/bulletin/alemanha-convoca-nova-reuni%C3%A3o-clim%C3%A1tica-como-prepara%C3%A7%C3%A3o-para-c%C3%BApula-do-m%C3%A9xico>

**Links:**

**Images:**



## ONU procura construir “confiança recíproca” após desacordos de Copenhague

Tuesday, May 4, 2010 0:00

Notícia da Categoria: [Meio Ambiente](#)

O responsável da ONU sobre mudança climática, Yvo de Boer, afirmou hoje que é preciso fortalecer as “relações de confiança” entre os membros das Nações Unidas danificadas após a cúpula climática de Copenhague.

No segundo dia do “Diálogo Climático de Petersberg”, que ocorre até amanhã em Königswinter (oeste da Alemanha), Boer disse que o processo negociador “ficou seriamente prejudicado” depois que vários países criticassem sua exclusão do diálogo e defendeu por intensificar a confiança e a transparência do processo.

O “Diálogo Climático de Petersberg”, que ontem foi aberto pela chanceler alemã, Angela Merkel, e o presidente mexicano, Felipe Calderón, prevê impulsionar o diálogo internacional sobre a redução de emissões poluentes com 45 delegações ministeriais diante da próxima Cúpula de Cancún (México) de finais de ano.

Apesar do objetivo da ONU de que em Cancún surja um tratado vinculativo de redução de emissões, que substitua o Protocolo de Kioto uma vez este expira em 2012, Boer se mostrou cauteloso e defendeu por um pacto que permita seguir trabalhando e aumentando os objetivos de redução.

Assinalou que o tratado legal não será possível até que os países comprovem “que existe um sistema viável” e o referendem. “Se não, seria como pedir-lhes que assinassem um cheque em branco”, argumentou.

Na sua opinião, essa cúpula “não dará todas as respostas” necessárias na luta contra o aquecimento global, mas abrirá caminho para uma solução que não será “nem suficiente, nem definitiva, nem suficientemente boa”.



EFE - Agência EFE - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agência EFE S/A.

Leia esta notícia em: Terra – Notícias

Meio Ambiente

## Senadores americanos propõem redução de 17% nas emissões de CO2 para 2020

12 de maio de 2010

Senadores dos Estados Unidos apresentaram nesta quarta-feira o esperado plano para as mudanças climáticas, projetando um corte de 17% nas emissões de CO2 para 2020 em comparação com os níveis de 2005, mediante a regulação da energia, da indústria e do transporte.

"Finalmente podemos dizer ao mundo que os Estados Unidos estão prontos para assumir seu papel como líder mundial em energia limpa", indicou o senador John Kerry, um democrata de Massachusetts e aliado do presidente Barack Obama.

Após meses de delicadas negociações, Kerry e o senador independente Joe Lieberman apresentaram um projeto de lei sobre o corte das emissões de CO2 na indústria pesada e nas usinas de energia, responsáveis pelo aquecimento global, segundo parte da comunidade científica.

Uma vez que o alcance do projeto excede o atual mandato, estabelece um sistema para "limitar e negociar" os direitos das emissões de carbono, concedendo incentivos econômicos para a comercialização dos créditos.

Os sistemas de "limitar e negociar" são a base dos esforços da Europa para reduzir as emissões de carbono e a base de um projeto de lei aprovado pela Câmara de Representantes em junho de 2009.

No entanto, o projeto de lei engloba, apenas, as 7.500 indústrias e usinas de energia nos Estados Unidos, cada uma com uma produção maior que 25 mil toneladas de poluição de carbono por ano.

Conscientes da instabilidade econômica, o projeto não limita as emissões na indústria manufatureira até 2016 e exige inteiramente de compromissos os agricultores.

*(Com agência France-Presse)*

---

12/05/2010 - 18h50

## **UE desiste de acordo vinculante do clima em Cancún**

Da Associated Press

A União Europeia não buscará um acordo legalmente vinculante contra emissões de carbono neste ano, disse a comissária europeia do Clima, Connie Hedegaard. A dinamarquesa afirmou que a UE se concentrará em obter acordo sobre itens específicos, deixando o tratado com peso de lei para 2011.

Segundo Hedegaard, a estratégia tem como objetivo evitar que a próxima conferência do clima, que acontece em dezembro em Cancún, México, caia "refém" do impasse sobre como forjar um acordo vinculante.

"O que eu vi desde Copenhague não indica que exista uma mudança de posição dos EUA e da China. Então, basicamente, temos de fazer uma escolha: queremos que Cancún vire refém dessa discussão que não avança sobre o formato legal?"

Hedegaard, ex-ministra do Ambiente da Dinamarca, presidiu a fracassada cúpula de Copenhague, em dezembro passado.

Ela disse que é provável que Cancún possa obter acordo em vários pontos importantes, como florestas e adaptação dos países pobres às mudanças climáticas.

"Por que nós não produzimos então decisões específicas em várias áreas importantes em Cancún? E, talvez, se pudermos fechar acordo sobre essas questões, fique mais fácil chegar a acordo sobre a forma legal", continuou. "O que não é muito fácil de ver é como o mundo poderia, nos próximos cinco meses, concordar sobre a futura forma legalmente vinculante."

---

### **Endereço da página:**

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u734157.shtml>

---

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

12/05/2010 - 12h17

## 'Meio mundo pode ficar inóspito com mudança climática', diz estudo

da **BBC Brasil**

O aquecimento global pode deixar até metade do planeta inabitável nos próximos três séculos, de acordo com um estudo das universidades de New South Wales, na Austrália, e de Purdue, nos Estados Unidos, que leva em conta os piores cenários de modelos climáticos.

O estudo, publicado na última edição da revista especializada "Proceedings of the National Academy of Sciences", afirma ainda que, embora seja improvável que isso aconteça ainda neste século, é possível que já no próximo, várias regiões estejam sob calor intolerável para humanos e outros mamíferos.

"Descobrimos que um aquecimento médio de 7 °C causaria algumas regiões a ultrapassar o limite do termômetro úmido (equivalente à sensação do vento sobre a pele molhada), e um aquecimento médio de 12 °C deixaria metade da população mundial em um ambiente inabitável", afirmou Peter Huber, da Universidade de Purdue.

Os cientistas argumentam que ao calcular os riscos das emissões de gases atuais, é preciso que se leve em conta os piores cenários (como os previstos no estudo).

### **Roleta russa**

Quando o professor Huber fala em um aquecimento médio de 12 °C, isso significaria aumentos de até 35 °C no termômetro úmido nas regiões mais quentes do planeta.

Atualmente, segundo o estudo, as temperaturas mais altas nesta medida nunca ultrapassam 30 °C. A partir de 35 °C no termômetro úmido, o corpo humano só suportaria algumas horas antes de entrar em hipertermia (sobreaquecimento).

Huber compara a escolha a um jogo de roleta russa, em que "às vezes o risco é alto demais, mesmo se existe apenas uma pequena chance de perder".

O estudo também ressalta que o calor já é uma das principais causas de morte por fenômenos naturais e que muitos acreditam, erroneamente, que a humanidade pode simplesmente se adaptar a temperaturas mais altas.

"Mas quando se mede em termos de picos de estresse incluindo umidade, isso se torna falso", afirmou o professor Steven Sherwood, da universidade de New South Wales.

Calcula-se que um aumento de apenas 4 °C medidos por um termômetro úmido já levaria metade da população mundial a enfrentar um calor equivalente a máximas registradas em poucos locais atualmente.

Os autores também afirmam que um aquecimento de 12 °C é possível através da manutenção da queima de combustíveis fósseis.

"Uma implicação disso é que cálculos recentes do custo das mudanças climáticas sem

mitigação (medidas para combatê-las) são baixos demais."

---

**Endereço da página:**

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u733943.shtml>

---

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

**20/05/2010 - 12h25**

## **Comissão Europeia quer aumentar meta para redução de gases-estufa**

da **France Press**, em Bruxelas

A Comissão Europeia, órgão executivo da União Europeia (EU), deve recomendar aos países-membros que aumentem suas metas para redução de gases-estufa de 20% para 30%.

A Comissão argumenta que os custos e riscos para a indústria são menores do que os estimados anteriormente. A proposta será apresentada aos países-membros na próxima semana (26 de maio).

No acordo em vigor hoje, a UE aceitou cortar até 2020 as emissões para 20% dos níveis de 1990.

A Comissão estima que o custo do aumento para 30% ficaria em 81 bilhões de euros (R\$ 188 bilhões), apenas 11 bilhões de euros a mais do que originalmente estimado para o corte de 20%.

A proposta, contudo, ainda precisa ser aprovada pelos países-membro e pelo parlamento europeu.

Líderes da indústria não receberam bem a proposta.

Axel Egert, porta-voz da federação de produtores de ferro e aço, disse que a meta é tecnologicamente impossível de ser alcançada nos próximos dez anos.

Para o grupo ambiental Greenpeace, porém, isso são "mitos da indústria".

---

### **Endereço da página:**

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u738060.shtml>

---

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

23/05/2010 - 06h14

## **Japão, China e Coreia do Sul se unem contra mudança climática**

da **Efe**, em Tóquio

Japão, China e Coreia do Sul concretizaram hoje as bases de um plano de ação conjunto para combater a mudança climática, as tempestades de areia e outros desafios ambientais nos próximos cinco anos, informou a agência local Kyodo.

O acordo foi feito durante uma reunião de dois dias dos ministros do Meio Ambiente dos três países em Hokkaido (norte do Japão), prévia à cúpula de seus respectivos chefes de Governo que será realizada em 29 de maio em Jeju (Coreia do Sul).

Em comunicado emitido ao término da reunião, os ministros também respaldaram a ideia de criar uma comunidade do Leste da Ásia, impulsionada pelo primeiro-ministro do Japão, Yukio Hatoyama, destacando que a cooperação meio ambiental será um elemento-chave para esse fim.

O plano de ação aborda a colaboração dos três países em dez áreas ambientais, com destaque para as medidas contra a mudança climática.

Neste sentido, Japão, Coreia do Sul e China acordaram estreitar a cooperação tecnológica para limitar as emissões de CO<sub>2</sub>, assim como promover medidas contra a poluição nos países em desenvolvimento e lutar contra o tráfico de "lixo" eletrônico.

Além disso, os três países decidiram empreender um estudo este ano para determinar modos de combater as tempestades de areia que esporadicamente castigam a região procedentes dos desertos da China.

## **Ambiente**

11/06/2010-17h49

# **Prévia de negociação do clima termina em desânimo na Alemanha**

DA REUTERS

Nações ricas e pobres criticaram igualmente o novo rascunho de um tratado mundial sobre o clima, depois de duas semanas de negociações que terminaram com passos modestos rumo ao desejado consenso.

O texto exclui algumas das opções mais severas de cortes de gases causadores do aquecimento global e eliminou todas as menções a "Copenhague", onde a cúpula de dezembro passado não chegou a um acordo.

"É com desânimo que nosso grupo vê que o texto está desequilibrado", afirmaram as nações em desenvolvimento, membros do G77 e da China, acrescentando que as 22 páginas ficaram sem muitas das propostas que o grupo havia feito num rascunho anterior, de 42 páginas.

Entre os países ricos, os 27 membros da União Europeia também expressaram "preocupação" sobre o texto, preparado por Margaret Mukahanana-Sangarwe, do Zimbábue. Ela afirmou que queria um debate formal completo sobre o rascunho apenas num próximo encontro em Bonn, que acontece no começo de agosto.

### **DEPOIS DO FRACASSO**

Depois que a cúpula de Copenhague fracassou, muitos delegados disseram que um novo acordo legalmente vinculante não deve acontecer em 2010 e provavelmente só virá em 2011.

O novo texto traça o objetivo de cortar as emissões mundiais de gases-estufa "em pelo menos de 50% a 85% em relação aos níveis de 1990 até 2050". As nações desenvolvidas, por sua vez, teriam que fazer cortes de 80% a 95% no mesmo período.

O texto deixa de lado opções bem mais radicais, defendidas pela Bolívia, que falam em cortes de pelo menos 95% para as emissões mundiais em 2050 e advogam que os países ricos cortem emissões "em mais de 100% até 2040", o que significaria que eles deveriam plantar árvores de maneira a mais do que compensar o combustível que queimam.

Em Copenhague, mais de 120 nações assinaram um acordo que pedia a limitação do aumento das temperaturas médias globais a 2 °C em relação à era pré-industrial. Mas o texto não tinha detalhes sobre como chegar a esse resultado.

Os delegados dizem que as conversas em Bonn levaram a progressos em alguns temas técnicos, como a proteção de pântanos que ajudam a estocar carbono, ou a respeito de maneiras de administrar novos fundos de ajuda, mas não nas disputas-chave entre ricos e pobres sobre cortes de emissões.



O novo rascunho mantém alguns elementos do Acordo de Copenhague, como o plano de levar ajuda rápida às nações em desenvolvimento, começando com US\$ 10 bilhões anuais entre 2010 e 2012 e chegando a mais de US\$ 100 bilhões em 2020.

---

**Endereço da página:**

<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/749560-previa-de-negociacao-do-clima-termina-em-desanimo-na-alemanha.shtml>

**Links no texto:**

Ambiente

<http://www.folha.com.br/ambiente>

---

Copyright Folha Online. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha Online.

publicado em 11/06/2010 às 08h17:

## Senado dos EUA vota a favor de proposta para reduzir emissões de gases do efeito estufa

Republicanos queriam bloquear iniciativa do governo

Do R7, com EFE



Foto por Getty Images

Senadores que eram contra a proposta diziam que sua aplicação representa aumento dos custos da energia e prejudicar a oferta de empregos

O Senado dos Estados Unidos rejeitou nesta quinta-feira (10) uma iniciativa republicana para bloquear uma proposta do governo do presidente Barack Obama de reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa.

O fenômeno acontece a partir da queima de combustíveis fósseis (como a gasolina). A combustão faz com que gases tóxicos formem uma camada na atmosfera, impedindo a liberação do calor no planeta - processo conhecido como aquecimento global.

A proposta, rejeitada por 53 votos a 47, tinha o objetivo de negar à Agência de Proteção Ambiental (EPA, pela sigla em inglês) poder para aplicar normas de redução de poluentes incluídas na Lei de Ar Limpo.

Os republicanos e seis democratas que deram seu voto para bloquear a iniciativa assinalaram que sua

aplicação vai representar um aumento dos custos da energia e uma redução do emprego.

Entretanto, os democratas que rejeitaram a tentativa manifestaram que as normas têm como objetivo não só reduzir a poluição como também a dependência de petróleo e outros combustíveis fósseis.

Os Estados Unidos recebem críticas por não assinar o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. Criado em 1997, o documento começou a vigorar em 2005 e estabelecia que os países desenvolvidos - 37 países industrializados e a União Europeia - se comprometeram a reduzir em 5,2% as emissões de gases causadores do efeito estufa, considerados os responsáveis pelo aquecimento global, tomando por base o que foi emitido em 1990.

Kyoto é importante por ser o primeiro passo para um compromisso global de corte de emissões. O acordo previa metas para reduzir as emissões de países desenvolvidos, mas poupava os em desenvolvimento, como o Brasil, o que reduziu muito os seus efeitos. Além disso, a não adesão por parte dos EUA fez com que o protocolo se tornasse um tanto ineficaz.

Isso foi como "enfiar a cabeça na areia e ignorar a realidade", disse o senador democrata Tom Udall.

Harry Reid, líder da maioria democrata, denunciou que as tentativas de bloquear as medidas eram "um presente para as grandes empresas petrolíferas".

No início da semana, a Casa Branca tinha advertido que vetaria qualquer disposição que freasse os esforços para reduzir a poluição.

A EPA anunciou uma série de normas para reduzir as emissões de gases estufa depois que a Corte Suprema dos EUA afirmou que elas representam um perigo para a saúde.

**26/10/2010**

## **Amorim diz que próxima reunião da ONU sobre clima terá poucos avanços**

### **DA AGÊNCIA BRASIL**

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse nesta terça-feira que não há expectativas de grandes acordos na próxima Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP-16, marcada para novembro em Cancún, no México.

A COP de Cancún terá a difícil missão de não repetir o fracasso da reunião de Copenhague, em dezembro de 2009, que terminou sem acordo formal sobre a redução global de emissões de gases de efeito estufa.

[Antes de reunião em Cancún, ONU diz que chegou momento de decidir sobre o clima](#)  
[Representante norte-americano minimiza expectativas para cúpula do clima em Cancún](#)

"As expectativas para Cancún são modestas. Não esperamos chegar a um grande acordo", reconheceu Amorim, durante reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Segundo o chanceler, um dos principais motivos para o pessimismo é o fato de os Estados Unidos chegarem a mais uma COP sem a aprovação de uma lei nacional de mudanças climáticas. A falta de compromisso norte-americano serve de "mau exemplo" para os outros países envolvidos na negociação.

Apesar da expectativa "modesta", Amorim acredita que em Cancún os negociadores internacionais poderão chegar a alguns avanços na regulamentação do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e no financiamento de ações de mitigação e adaptação.

"Podemos ter pequenos avanços, consolidar outros avanços e evitar retrocessos de compromissos assumidos em Kyoto", resumiu.

Amorim disse que o Brasil chegará à COP -16 com "posição moral elevada" por ter liderado, junto a outros países, a única tentativa de acordo formal em Copenhague.

"Não nos escondemos atrás de ninguém. O Brasil concorda com redução de 50% das emissões até 2050, o que vai muito além do que os outros países aceitam", comparou.

**Fonte:** [Folha de São Paulo](#)

04/11/2010

## **EUA descartam plano para conter emissões de CO<sub>2</sub>**

### **DA ASSOCIATED PRESS**

O presidente dos EUA, Barack Obama, disse que vai procurar outras formas para controlar o aquecimento global sem impor às indústrias a redução de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), principal responsável pelo aquecimento global.

O anúncio foi feito um dia depois de o Partido Democrata perder a maioria no Senado.

[China lança indicador verde que mede economia e respeito ao ambiente](#)  
[Emissões brasileiras de gases estufa aumentaram cerca de 60% entre 1990 e 2005](#)  
[Amorim diz que próxima reunião da ONU sobre clima terá poucos avanços](#)

Obama disse que espera resolver a questão do aquecimento de forma que a economia dos EUA não seja prejudicada e, ao mesmo tempo, incentive o desenvolvimento de energia limpa que possa gerar novos postos de trabalho e novas indústrias.

O plano para conter as emissões de CO<sub>2</sub>, chamado de "cap and trade" (algo como redução e comércio), estabelecia incentivos econômicos para as indústrias que diminuíssem a quantidade de seus gases poluentes. A lei passou pela votação na Câmara, em 2009, mas foi barrada no Senado.

Nesta semana, os californianos rejeitaram, nas urnas, uma proposta semelhante que pretendia suspender a lei aprovada em 2006 pelo governador Arnold Schwarzenegger para limitar a emissão de gases poluentes.

**Fonte:** [Folha de São Paulo](#)

**06/11/2010**

## **Relatório da ONU propõe "CPMF do clima"**

### **CLAUDIO ANGELO DE BRASÍLIA**

Não foi só no Brasil que a CPMF voltou à baila. Um relatório da ONU propôs a criação de um imposto internacional sobre movimentações financeiras como forma de patrocinar o combate à mudança climática.

O documento foi entregue ontem ao secretário-geral, Ban Ki-moon, por um painel de especialistas integrado pelo megainvestidor George Soros e pelo conselheiro econômico da Casa Branca, Larry Summers, ex-reitor da Universidade Harvard.

Em fevereiro, a equipe foi encarregada por Ban de encontrar fontes de verba para que os países ricos cumpram sua promessa de levantar US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020 para combater as emissões de carbono e ajudar os países pobres a se adaptarem ao clima.

A promessa foi feita na cúpula do clima de Copenhague, no ano passado. O painel diz que bancar a luta contra o aquecimento é "financeiramente factível e politicamente viável".

Porém, "será necessária uma vontade política consistente", declarou Ban ao receber o relatório dos chefes do grupo, o premiê etíope Meles Zenawi e seu colega norueguês Jens Stoltenberg.

Segundo Stoltenberg, o grupo chegou a três conclusões: primeiro, será preciso colocar um preço nas emissões de CO<sub>2</sub>, principal gás-estufa, da ordem de US\$ 25 a tonelada. Depois, "novos instrumentos de financiamento público poderiam levantar dezenas de bilhões de dólares por ano".

### **BILHÕES E BILHÕES**

Entre eles está uma CPMF internacional, que contribuiria com até US\$ 27 bilhões; impostos nacionais sobre CO<sub>2</sub> nos países ricos, que poderiam gerar US\$ 10 bilhões ao ano; e impostos sobre transporte marítimo e aéreo, que poderiam gerar mais US\$ 10 bilhões.

Por fim, o setor privado deverá gerar grande parte da verba, com investimentos amortizados por bancos de desenvolvimento. "Os países ricos não têm mais desculpa para adiarem o compromisso [de contribuir]", afirmou Steve Herz, do Greenpeace.

A ONG Amigos da Terra, porém, criticou o relatório por enfatizar demais o papel do setor privado.

As conclusões chegam num momento ruim para o governo dos EUA: Summers, afinal, é assessor de Barack Obama e defende impostos sobre o CO<sub>2</sub> na semana da vitória republicana no Congresso. Qualquer mecanismo de financiamento do clima depende dos EUA.

"Não acho que o governo vá varrer o relatório para debaixo do tapete", diz Herz. "Eles fizeram uma promessa em Copenhague. E este é um compromisso que vai além desta legislatura."

**Fonte:** [Folha de São Paulo](#)

22/11/2010

## **COP-16 quer comprometimento de países em desenvolvimento em acordo climático**

### **DA EFE**

A 16ª Conferência da ONU sobre Mudança Climática (COP-16), que começa no próximo dia 29 em Cancún, no México, tentará se transformar na primeira reunião climática a permitir a criação de novos instrumentos que combatam o aquecimento do planeta, tanto nos países industrializados, como no mundo em desenvolvimento.

Em entrevista à Agência Efe, o secretário de Ambiente mexicano, Juan Rafael Elvira, sustentou que a reunião buscará o "profundo" compromisso dos países mais poluentes, e outro "recíproco" dos menos desenvolvidos, ainda não vinculados a tratados internacionais, que os obriguem a cortes.

De partida, o México já descartou um acordo global sobre redução de emissões após um "difícil, longo e complexo" processo de negociação de quase um ano, mas está convencido de que em Cancún pode haver avanços substanciais.

O presidente Felipe Calderón, que será a liderança política da reunião, assinalou este mês em Seul que o mundo está "em possibilidade de adotar um pacote amplo de decisões" na luta climática.

Em matéria de adaptação, como são conhecidas as fórmulas para minimizar o impacto negativo dos desastres naturais aguçados pelo aquecimento global, "há um amplo acordo sobre um marco institucional específico para apoiar as medidas nos países em desenvolvimento", segundo o governante.

Impulsor há anos da criação de um Fundo Verde para canalizar as ajudas, Calderón acha possível que isso ocorra na COP-16, e que fique assegurada a coordenação desse mecanismo com "as instituições financeiras internacionais e fluxos bilaterais" de cooperação já existentes, muitos deles com a União Europeia (UE).

O maior obstáculo para a cúpula continua sendo a mitigação os cortes de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases causadores do efeito estufa, já que existem promessas, mas não uma forma clara de como executá-las.

"Em Cancún, estes compromissos devem ser fixados", assinalou Calderón, que, no entanto, acha "muito difícil" que seja concretizada na COP-16 a segunda fase do Protocolo de Quioto, o único instrumento legal e vinculativo de redução de gases existente.

A longo prazo, a grande aspiração continua sendo manter "abaixo de dois graus centígrados" o aumento da temperatura da Terra no século 21.

Estão previstos, além disso, progressos em transferência de tecnologias limpas, uma área na qual a Índia está muito comprometida.

### **PAÍSES DESENVOLVIDOS**

Outro país que será fundamental em Cancún, é a China, que junto aos EUA gera 50% das emissões de CO2 à atmosfera pela alta dependência de sua economia ao carvão.

"Pedimos abertamente o apoio que precisamos para chegar a resultados adequados na COP-16", disse Elvira, que está em permanente comunicação com seu colega chinês, Zhou Shengxian.

O gigante asiático e as demais potências emergentes do Bric (Índia, Brasil e África do Sul) pediram que as nações industrializadas sejam as que mais se esforcem para conseguir, em 2011, um pacto global de redução de gases.

Em outubro, ressaltaram a responsabilidade histórica que as economias desenvolvidas deveriam ter com esse fim e pediram que a COP-16 permita "aplanar o caminho para conseguir um resultado vinculativo no próximo ano", em Johanesburgo.

Outro bloco chamado por ter protagonismo em Cancún é a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), que não reconheceu o resultado de Copenhague no ano passado por ter sido elaborado na última hora entre poucos países ricos.

"Nós consideramos que eles entenderam com mais clareza, de um país vizinho e irmão, a mensagem de transparência, de abertura, de inclusão do México, para que possam nos ajudar a somar estes acordos que nos trazem benefícios, primeiro a nós, e depois para muitos outros países", explicou Elvira.

**Fonte:** [Folha de São Paulo](#)



01/12/2010

## Financiamento causa discórdia na COP-16

*Metade do valor colocado pelos países ricos aos países mais pobres para custear mudanças na área ambiental se refere a empréstimos, forma não aceita como doação pelo envolvidos*

*por Agência Estado*



*Conferência do Clima da ONU, em Cancún (COP-16)*

A União Europeia fez ontem uma prestação de contas durante a **Conferência do Clima da ONU**, em Cancún (**COP-16**), e afirmou que neste ano, até novembro, repassou 2,2 bilhões de euros aos países em desenvolvimento dentro do chamado **Fast Start Funding** - recursos no curto prazo na área das mudanças climáticas. Foram beneficiados países emergentes como Brasil e China, além de nações africanas e da América Latina.

Existe um acordo desde a COP-15, em Copenhague, para os países ricos doarem US\$ 30 bilhões até 2012 para os países mais pobres. Os europeus dizem que vão contribuir com um total de 7,2 bilhões de euros nesses três anos. Depois, até 2020, entra o financiamento de longo prazo, no valor de US\$ 100 bilhões anuais.

O problema é que, como a própria União Europeia admitiu nesta semana, metade do valor colocado na mesa até agora pelo grupo se refere a empréstimos. O Brasil e os demais países em desenvolvimento não concordam que os empréstimos sejam incluídos no **financiamento** - somente doações. Isso faz parte da responsabilidade histórica - os países desenvolvidos são os maiores responsáveis pelas emissões de gases causadores do efeito estufa e precisam auxiliar as nações em desenvolvimento a cortarem suas emissões e a se adaptarem para os impactos inevitáveis do aumento da temperatura.

Segundo o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, essa manobra pode prejudicar o processo de confiança entre os países que negociam em Cancún. "Isso pode afetar de alguma forma o restante do resultado", afirma. Um dos argumentos usado pelos europeus é que, quando o recurso emprestado é

usado para melhorar o isolamento de uma casa, por exemplo, o dinheiro é obtido de volta com a economia de **energia elétrica**.

O que o governo brasileiro concorda é que neste ano os recursos sejam menores ou que tenha de haver remanejamento de recursos, já que a proposta de financiamento foi aprovada em dezembro de 2009 e os países não tiveram tempo de incluir os valores no Orçamento de 2010.

**Fonte:** <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI191759-18095,00-FINANCIAMENTO+CAUSA+DISCORDIA+NA+COP.html>

03/12/2010

## Futuro do Protocolo de Kyoto abre dúvidas na COP-16

*Estados Unidos e China são desfavoráveis a políticas mais fortes de combate às mudanças climáticas*

por Agência EFE



*"Estamos dispostos a considerar um segundo período de compromissos", disse Peter Wittoeck, porta-voz da UE*

O **Protocolo de Kyoto**, único tratado internacional de redução de emissões que existe atualmente, perdeu apoio na **16ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudança Climática (COP-16)** realizada em Cancún, México. Desde seu lançamento em 1997, o protocolo gerou críticas e descontentamento, especialmente por parte dos **Estados Unidos**. Naquele ano, o país assinou o tratado, mas nunca o ratificou. Nesta COP-16, busca-se atualizá-lo para tentar salvar alguns dos instrumentos que podem ser melhorados.

O **Japão**, por exemplo, já se mostrou contrário a uma segunda fase do protocolo, mas não se opôs à **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)**, que busca estabilizar as concentrações de **gases poluentes** na atmosfera.

A postura japonesa implica que, além de 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto, deve haver melhoras e compromissos de todos, especialmente da China, para a qual congelar a segunda fase impõe problemas.

Segundo o chefe dos negociadores da **China**, Su Wei, o protocolo é o pilar indispensável do sistema. "Se colapsar, acho que as consequências serão sentidas na arquitetura da mudança climática. Se cogitarmos barrar o protocolo, não acho que daremos nenhum passo adiante", concluiu.

A **Aliança de Pequenos Estados Insulares (AOSIS)**, que aglutina 43 pequenos países-ilha, entre eles os que correm mais riscos com o efeito da alta do nível do mar, já expressou seu desgosto com a lentidão nas negociações sobre o futuro do Protocolo de Kyoto.

## **Mediação**

A **União Europeia (UE)** mediu nesta quinta-feira (03/12) as discussões sobre o assunto, situando-se a meio caminho entre Japão e os países em desenvolvimento. "Estamos dispostos a considerar um segundo período de compromissos", desde que o compromisso "possa garantir que haverá ações para solucionar o problema climático", indicou Peter Wittoeck, porta-voz da UE na COP-16.

A UE acredita que é possível "sair da encruzilhada" entre as duas posições e assinala que é necessário "melhorar a integridade ambiental" do protocolo, cujas regras e mecanismos, como os mercados de carbono, não estão funcionando tão bem como poderiam.

Um dos países de referência em Cancún, o **Brasil**, está muito atento ao que pode acontecer com **Kyoto-2**, e teme que uma falta de acordos sobre novos compromissos e ações dos países mais e menos desenvolvidos conduza a um fracasso da COP-16. O Brasil apoia um segundo período de Kyoto no qual se estabeleçam metas de redução de emissões de 25% a 40%, frente aos níveis de emissão de 1990, tal como recomenda o **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês)**.

**Fonte:** <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI192780-18095,00-FUTURO+DO+PROTOCOLO+DE+KYOTO+ABRE+DUVIDAS+NA+COP.html>

**09/12/2010**

## **China nega ter cedido na questão do clima**

A China insistirá em manter suas emissões de gases do efeito estufa fora de qualquer tratado climático de cumprimento obrigatório, disse um diplomata chinês de alto escalão, qualificando de 'mal entendido' uma afirmação anterior que sugeria concessões por parte de Pequim.

O chanceler-assistente Liu Zhenmin fez essas declarações em Cancún, onde quase 200 países discutem novas medidas contra o aquecimento global numa cúpula da Organização das Nações Unidas.

Liu afirmou a jornalistas, na terça-feira, que haverá uma 'crise de confiança' se os negociadores rejeitarem o Protocolo de Kyoto, hoje em vigor, que exige reduções nas emissões de gases do efeito estufa apenas por parte de países desenvolvidos.

Japão, Canadá e Rússia, entre outros, dizem que não aceitarão renovar seus compromissos sob o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012, se grandes países emergentes, como China e Índia, também não tiverem metas obrigatórias a cumprir.

Na segunda-feira, o negociador climático chinês, Huang Huikang, disse à Reuters que seu governo aceitaria incluir as metas 'voluntárias' de controle das emissões em um eventual tratado que fosse de cumprimento obrigatório. A declaração sugeria que a China estava fazendo uma importante concessão para facilitar a adoção de um novo acordo.

Mas Liu disse que a posição da China não mudou, e que houve um 'mal entendido'. 'Esta por natureza é uma promessa voluntária, uma promessa autônoma. 'Voluntário' e 'autônomo' significa que não é negociável', disse Liu. 'É diferente dessas metas quantificadas de redução por parte dos países desenvolvidos', acrescentou.

Na segunda-feira, Huang havia declarado: 'Podemos criar uma resolução, e essa resolução pode ser vinculante para a China.'

Mas Liu disse que é cedo para discutir a inclusão dos esforços da China e de outros países em desenvolvimento nessa convenção.

'As negociações sobre como refletir as promessas, as ações voluntárias — essas negociações ainda não foram completadas. Há apenas algumas conversas', disse Liu. 'Não se pode prejulgar o resultado por uma das opiniões.'

Ele acrescentou que a China mantém sua posição de que os países desenvolvidos se beneficiaram mais com as emissões de carbono nos últimos dois séculos, e que por isso precisariam ter mais obrigações que os pobres e emergentes.

'É também uma questão de confiança política', afirmou. 'Será uma crise internacional de confiança' se o Protocolo de Kyoto for colocado em dúvida, acrescentou.

**Fonte:** [G1](#)

**09/12/2010**

### **Ministra do Meio Ambiente fala em avanço das negociações do Protocolo de Kyoto**

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, usou os verbos “melhorar” e “avançar” para falar nesta quarta-feira (8), na 16ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-16), sobre as negociações com os países para tentar acertar um segundo período de comprometimento com o Protocolo de Kyoto.

Ao lado da Grã-Bretanha, o Brasil está liderando as discussões sobre a prorrogação do tratado, que expira em 2012. “Ontem (terça-feira) foi melhor a discussão com Japão e Rússia”, disse a ministra a jornalistas, repetindo que os debates “tiveram avanços”.

Japão e Rússia são dois dos países que se recusam a manter o tratado se nações em desenvolvimento que são grandes emissores de gases do efeito estufa, como a China, não tenham de cumprir metas.

“As políticas mudaram de ontem para hoje. As negociações seguem com boas perspectivas, só não sei dizer a magnitude disso. Eu mantenho o otimismo, embora seja bastante pragmática”, ressaltou Izabella.

A partir das conversas sobre o segundo período de compromisso, que tentaram buscar uma possibilidade de flexibilização dos países reticentes, foi elaborado um relatório entregue para a presidência da COP-16. Esse panorama deverá ser levado em conta nas negociações finais, que serão levadas a cabo nos próximos dias.

**Fonte:** [Portal Terra](#)

**09/12/2010**

### **Mudanças climáticas custarão à América Latina 1% de seu PIB**

As mudanças climáticas terão um forte impacto na América Latina nos próximos anos, com altas temperaturas, aumento das chuvas extremas, furacões e secas, e um custo econômico de mais de 1% do PIB anual da região, revela um relatório da Cepal divulgado nesta quarta-feira (8).

A mudança climática vai custar aos países temperados da América Latina 1% de seu PIB no próximo século, e ainda mais nos países andinos, América Central e Caribe, mais suscetíveis ao aquecimento global, revela o documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da ONU, divulgado na conferência sobre o Clima em Cancún.

A Cepal estima um crescimento elevado e sustentado das temperaturas na região, que pode alcançar 6 graus até o final do século, no pior cenário possível. Ou seja, entre 1 e 4 graus, com um cenário de emissões mais baixas, e entre 2 e 6, de mais elevadas.

A América Latina é “extremamente vulnerável” à mudança climática, que se traduzirá em um aumento das temperaturas, na modificação dos padrões de chuva, derretimento de geleiras, elevação do nível do mar, secas, inundações e furacões, diz o estudo.

“Os investimentos na adaptação para este fenômeno devem ser uma prioridade”, alerta a organização.

**Fonte:** [AmbienteBrasil](#)

**09/12/2010**

## **Países tentam evitar fracasso da conferência de clima da ONU**

Governos de quase 200 países tentavam na quarta-feira (8) superar o impasse entre países ricos e pobres a respeito das medidas necessárias para combater o aquecimento global e evitar um novo fracasso numa conferência climática da ONU, a exemplo do que ocorreu no ano passado em Copenhague.

A atual conferência tem sido dominada pela questão da prorrogação do Protocolo de Kyoto, que impõe reduções nas emissões de gases do efeito estufa a cerca de 40 países desenvolvidos, poupando as nações em desenvolvimento. Japão, Canadá e Rússia dizem que não aceitarão prorrogar o tratado, que expira em 2012, se grandes nações emergentes, como China e Índia, também não tiverem obrigações a cumprir.

Com aspecto cansado após dez dias de negociações em Cancún, a chanceler mexicana, Patrícia Espinosa, disse que ainda acredita na aprovação de 'um pacote ambicioso, amplo e equilibrado' até sexta-feira, quando termina a conferência.

Um dos objetivos dos negociadores é estabelecer um novo fundo financeiro para ajudar os países em desenvolvimento a combaterem a mudança climática, além de aprovarem mecanismos relacionados a proteção florestal e compartilhamento de energias limpas.

Se nem esses passos modestos forem dados em Cancún, será praticamente a repetição da conferência de Copenhague, que começou sob a expectativa de um novo tratado de cumprimento obrigatório para todos os países – mas terminou apenas com uma vaga declaração por parte dos principais governos, comprometendo-se a limitar o aumento da temperatura média global em 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais.

'O fracasso não é uma opção, ou corremos o risco de acelerar a erosão da confiança na legitimidade das discussões da ONU como fórum para resolver a mudança climática', disse o primeiro-ministro Tuilaepa Lufesoliai Neioti Sailele Malielegaoi, de Samoa, país insular fortemente ameaçado pela elevação do nível dos mares, decorrente do aquecimento global.

A necessidade de acordos por unanimidade – do mais miserável país africano a potências como EUA e China – complica as negociações, especialmente numa era de alteração do equilíbrio de poder.

O primeiro-ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, disse que alguns países estão recuando até mesmo das promessas feitas em Copenhague, como o da liberação de uma ajuda climática de 100 bilhões de dólares por ano a partir de 2020.

Textos-base que circulam em Cancún citam a cifra de 100 bilhões de dólares ou um valor bem mais alto: 1,5 por cento do PIB dos países desenvolvidos. Stoltenberg alertou as nações que, ao querem discutir mais ajuda, os países pobres podem acabar reduzindo o valor de 100 bilhões de dólares. 'O resultado de Cancún é incerto', disse ele.

**Fonte:** [G1](#)



10/12/2010

## Lula “cacarejou” sobre clima, dizem Estados Unidos

Novos documentos do site WikiLeaks, obtidos pela Folha, mostram críticas dos diplomatas americanos à atitude brasileira nas negociações internacionais do clima.

Os telegramas foram escritos entre 2008 e 2010. Em um deles, o suposto protagonismo brasileiro na cúpula do clima de Copenhague, no final de 2009, é ironizado.

Segundo a diplomata Lisa Kubiske, “Lula cacarejou” suas conquistas ambientais e sua capacidade de costurar um acordo. Para os EUA, o Brasil teria assumido uma imagem exagerada de “herói” e “cavaleiro branco”.

Os documentos mostram a estratégia dos EUA para atrair o apoio brasileiro para suas propostas. O país pretendia enfraquecer o Itamaraty em favor do MMA (Ministério do Meio Ambiente).

Isso porque se, por um lado, os diplomatas brasileiros eram contra a ideia de que países em desenvolvimento assumissem metas de redução de emissões de CO<sub>2</sub>, o MMA defendia que todas as nações dividissem a responsabilidade pelos cortes, ainda que levando em conta as limitações dos mais pobres.

Segundo os papéis, o embaixador do Brasil para o clima, Sergio Serra, teria dito que “quem lidera as negociações é o Itamaraty, e Carlos Minc [então ministro do Meio Ambiente] fala apenas sobre as suas opiniões pessoais”.

**‘Pragmático’** – Minc, que sucedeu Marina Silva (descrita como “inflexível e absolutista nas questões ambientais”), era visto como pragmático e parceiro-chave dos EUA para defender que países como China e Índia deveriam ter metas.

O embaixador Clifford Sobel fazia, porém, uma crítica a Minc: “Ele tem tendência a dizer o que gostaria que fosse verdade, e não o que de fato ocorreu”. Minc teria garantido a Sobel, no começo de 2009, que a posição do Itamaraty não prevaleceria.

Ainda assim, dizia Sobel: “O MMA está muito mais preocupado em resolver a questão. O Itamaraty a vê no contexto maior da política externa e está disposto a fazer menos sacrifícios”.

Carlos Minc disse à Folha que de fato havia uma divisão nítida entre seu ministério e o Itamaraty. “O conservadorismo do Itamaraty se alinhava às posições mundialmente mais atrasadas: como quem historicamente poluiu foram os ricos, eles que façam alguma coisa.”

Ele diz que os diplomatas queriam afastá-lo da discussão. “Mas revertemos isso.”

Ele convenceu Lula e a então ministra Dilma Rousseff e, em novembro de 2009, o Brasil anunciou metas de emissão de CO e incentivou outros países em desenvolvimento a fazerem o mesmo.

Sobel apostava, em abril daquele ano, que o fato de Dilma “aparentar ser amiga e aliada política de Minc” poderia fazer com que ele influenciasse a posição brasileira \_os dois atuaram na luta armada contra a ditadura.

Minc não gostou de ser apontado como o homem de confiança dos EUA. “Não tenho nenhuma identidade com os EUA. Tenho posições duríssimas com relação a eles. Defendi posição histórica dos ambientalistas.”

**Fonte:** [Folha.com](http://Folha.com)

**10/12/2010**

## **Em Cancún, Brasil anuncia planos para redução de emissões**

Em discurso na 16ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP-16), nesta quinta-feira (9), em Cancún, no México, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, anunciou a assinatura do decreto que estabelece planos para redução das emissões de gases do efeito estufa em um cenário de longo prazo.

O decreto, afirmou a ministra, foi assinado nesta quinta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e inclui 12 planos para redução de emissões em vários setores da economia, que devem ser colocados em prática até o final do ano que vem.

Pouco antes de fazer seu discurso, a ministra comemorou a assinatura do documento. “O Brasil será o primeiro país a apresentar um cenário de redução de emissões no planeta, (um cenário) concreto, de longo prazo. O que mostra que a gente vem aqui negociar com uma ação feita, não é blablabla. A gente está negociando, exigindo coisas, mas está fazendo nacionalmente, tem muita gente que vem negociar aqui, e fala, fala, fala, mas não realiza.”

A proposta brasileira para redução voluntária de emissões, surgida a partir da COP-15, realizada em Copenhague, no ano passado, prevê um corte entre 36,1% e 38,9% nas emissões até 2020.

**Fonte:** [Portal Terra](#)

**10/12/2010**

### **Nanicos, países insulares vão “dar exemplo”**

Por toda parte em Cancún, ouvem-se apelos para as gerações futuras. Há um grupo, porém, em cujos discursos essas alusões soam menos protocolares: os pequenos países-ilhas.

Marcus Stephen, presidente de Nauru (14 mil pessoas, 21 quilômetros quadrados), afirmou que nem sua língua tem termos tão exóticos quanto o idioma falado nas negociações. Citou “LULUCF” (uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, em inglês).

Seu colega de Palau (20 mil pessoas, 459 quilômetros quadrados), soou mais dramático: “Nossa própria existência depende dos oceanos, mas hoje estamos na linha de frente da mudança do clima. Os oceanos agora nos ameaçam.”

As emissões de Nauru somam 20 mil toneladas de gás carbônico por ano. EUA e China emitem umas 400 mil vezes mais. Apesar disso, os países-ilhas querem dar o exemplo.

Para isso, o grupo de pequenos Estados lançou uma central de finanças e tecnologia, inaugurada com US\$ 14,5 milhões da Dinamarca, para se dotar de sistemas de energia que emitam menos gases do efeito estufa.

**Fonte:** [Folha.com](http://Folha.com)

**10/12/2010**

## **Brasil deve liderar discussões sobre mudança climática, defende Marina**

A senadora Marina Silva (PV-AC) defendeu um maior protagonismo do Brasil nas discussões sobre o assunto durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 16), em Cancún, no México.

Segundo ela, o país deve liderar acordos mundiais que estabeleçam metas de redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE). “Temos de manter o protagonismo assumido em Copenhague (na COP 15, no fim de 2009) para a promoção de políticas que respondam com urgência à crise climática”, disse a senadora em nota.

Marina acredita que ao adotar um papel de liderança em torno do tema, o Brasil vai constranger as nações desenvolvidas, que são as maiores emissoras de GEE, além de levá-las a assumir compromissos sérios. A senadora ainda cobrou do presidente Lula que assinasse o decreto de regulamentação da lei que criou a Política Nacional de Mudanças do Clima.

“As emissões globais continuam subindo em ritmo acelerado e as expectativas de seu controle foram reduzidas. Temos de acabar com as omissões dos governos, assumir compromissos e mobilizar a sociedade global na construção de bases estruturais que assegurem o futuro da vida no planeta”, acrescentou.

**Fonte:** [G1](#)

**11/12/2010**

## **Brasil é o primeiro país emergente a fixar limite absoluto de CO<sub>2</sub>**

Agora está regulamentado em lei: o Brasil chegará a 2020 emitindo no máximo 2,1 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> por ano. Mais que isso: fica obrigado a publicar anualmente estimativas do total de emissões do país, que facilitarão a verificação do compromisso assumido.

O decreto de regulamentação da Política Nacional de Mudanças Climáticas foi assinado na quinta-feira (9) pelo presidente Luiz e anunciado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na conferência do clima em Cancún.

Com a lei regulamentada, o Brasil se torna o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer um limite absoluto para o quanto vai poluir. O teto autoimposto pelo Brasil representa ainda uma redução absoluta de 6% em relação a 2,2 bilhões de toneladas que o país emitia em 2005, ano do último inventário de gases-estufa.

“O Brasil definiu seu espaço de carbono em 2020”, disse Tasso Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente. “Assim, provoca outros países a fazer o mesmo.” O anúncio feito pela ministra não arrancou mais do que os aplausos protocolares em seu discurso na plenária.

Mas foi um dos poucos avanços do dia, em que predominou o pessimismo quanto a algum acordo em Cancún. O decreto prevê que o teto será desmembrado em metas para 12 setores da economia.

Cada um deles terá de apresentar um plano de ação até o final de 2011, que passará por revisão a cada três anos. O decreto, porém, abre a possibilidade de que os planos sirvam de base para um mercado nacional de créditos de carbono. Caso um setor economize mais emissões do que estava obrigado a fazer, poderia obter algum rendimento com isso.

Se isso funcionasse hoje, o desmatamento – que cai mais rápido do que o projetado – poderia gerar créditos para setores que têm maior dificuldade de reduzi-las, como a siderurgia.

A própria indústria, porém, não ficou satisfeita. ‘Não aceitamos que o processo seja feito assim’, diz Paula Bennati, coordenadora de mudança climática da Confederação Nacional da Indústria.

Segundo ela, não está claro como essas metas setores serão fixadas.

**Fonte:** [Folha.com](http://Folha.com)

**11/12/2010**

## **Impasses dominam último dia de reunião da ONU sobre clima**

Em meio à grande incerteza sobre um possível acordo na conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em Cancun, no México, que termina nesta sexta-feira (16), a área mais promissora é a que trata da preservação de florestas.

As negociações sobre a criação de programas para promover a redução de emissões por desmatamento e degradação (conhecidos pela sigla Redd) em países em desenvolvimento estariam adiantadas e dependeriam apenas de vontade política para serem aprovadas.

No entanto, dificuldades de acordo em outras áreas, principalmente no que diz respeito a um segundo período do Protocolo de Kyoto, a partir de 2012, podem acabar descarrilhando o tema Redd. Japão, Rússia e Canadá preferem um novo tratado.

Na quinta-feira (9), o diretor-executivo do Greenpeace, Kumi Naidoo, fez um apelo para que isso não aconteça. “Toda esta negociação é sobre um pacote de resultados. Mas temos de reconhecer que um quinto do pacote, se fosse fechado, seria um avanço significativo”.

A declaração do ativista, mais acostumado a exigir “ambição” dos países do que frações de avanços, dá uma pista sobre o risco de não se alcançar qualquer acordo em Cancun.

Mesmo a questão do Redd ainda não é um sucesso garantido. Existem dúvidas sobre como deve ser a participação de fundos provenientes do mercado de carbono no financiamento de ações de proteção das florestas.

Alguns países, como a Bolívia, se opõem totalmente a essa participação; outros acreditam que só o mercado deveria financiar projetos Redd. A posição brasileira é de que inicialmente os projetos não dependam de mercados de carbono.

Por outro lado, o Brasil é apontado como vilão na questão das salvaguardas – para proteger direitos de povos indígenas, da natureza entre outros – por se opor a mecanismos de verificação internacional, preferindo relatórios nacionais detalhados.

Apesar das dificuldades, a palavra de ordem na delegação brasileira continua a ser “otimismo cauteloso”. Brasil e Reino Unido, a pedido da presidência da reunião, exercida pela ministra mexicana das Relações Exteriores, Patricia Espinosa, intercedem no maior impasse do encontro: a recusa do Japão a se comprometer com um segundo período de compromisso sob o Protocolo de Kyoto.

O tratado é o único instrumento internacional já criado para promover cortes de emissões dos gases do efeito estufa e se transformou em questão de honra para muitos países, em sua maioria do mundo em desenvolvimento.

Britânicos e brasileiros tentam encontrar “soluções criativas”, segundo um negociador, para fazer com que o Japão aceite fazer parte de um acordo. Até ontem (9), no entanto, sem sucesso.

Mesmo assim, a negociadora-chefe da União Europeia, Connie Hedegaard, manteve o discurso otimista. “Acho que se você puser dez ministros em uma sala fechada e disser: por favor encontrem um acordo, eles saberão o que fazer. Sim, é difícil, mas não é tão complicado assim”, disse a comissária europeia.

**Fonte:** [Agência Brasil](#)



11/12/2010

## **Fiscalização das emissões de CO<sub>2</sub> é uma questão-chave para o clima**

Como verificar os cortes de emissões de CO<sub>2</sub> de outros países, especialmente os rivais econômicos e comprovar que cumprem seus compromissos de luta contra as mudanças climáticas, é uma das questões mais conflituosas negociadas na Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU, a COP-16.

Este tema é objeto de atrito entre as duas principais economias do planeta, que são também os dois maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo: China e Estados Unidos.

A ideia de um mecanismo que permita garantir uma transparência por parte dos grandes países emergentes foi inscrita – em termos imprecisos – no acordo de Copenhague, redigido no último momento ao fim da conferência de 2009, que se aproximou do fracasso.

Um dos objetivos centrais da cúpula internacional de Cancún sobre o clima é definir como este procedimento transcorrerá.

Para Alden Meyer, da ONG americana Union of Concerned Scientists, este mecanismo responde a uma demanda legítima de transparência.

“Se um país age e os outros não o fazem, pode ser prejudicado economicamente em certos setores e sobretudo não tem nenhuma garantia de que seus esforços permitam evitar os piores impactos das mudanças climáticas”, afirma.

**Transparência** – Washington insiste na necessidade de transparência dos grandes países emergentes, com a China na dianteira, seguida pelo Brasil.

As economias emergentes consideram que este mecanismo, que leva o nome de Consulta e Análise Internacional (ICA, em inglês) no âmbito da negociação climática, pode ser uma ferramenta de ingerência em seus assuntos internos.

Neste sentido, destacam a responsabilidade histórica dos países ricos no acúmulo de CO<sub>2</sub> na atmosfera e destacam por outro lado que as exigências não podem ser as mesmas para todo mundo.

“É unicamente um instrumento de transparência e de responsabilidade internacional”, reiterou esta semana o ministro indiano do Meio Ambiente, Jairam Ramesh, que há meses pôs sobre a mesa de negociação uma proposta que poderia permitir obter um êxito em Cancún.

A iniciativa prevê que todos os países cujas emissões representam mais de 1% (ou 0,5%, as cifras ainda estão em discussão) do total das emissões mundiais, apresentem um informe a cada dois anos. A frequência seria menor para os outros.

O mecanismo seria mais exigente com os países industrializados, que por outro lado já estão submetidos a outros sistemas de verificação.

Cada país deveria preparar um documento explicando as medidas tomadas e transmiti-lo a todos os demais, que poderiam pedir detalhes e esclarecimentos. Todos os informes serão tornados públicos.

“A principal força do sistema residiria em um efeito de ‘reputação’, ao qual todos os países são evidentemente sensíveis”, considerou Emmanuel Guerin, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais.

Mas a aplicação do mecanismo apresenta muitos problemas, como até onde exigir detalhes sobre as ferramentas estatísticas de um país.

No entanto, as nações em desenvolvimento advertiram em Cancún que só aceitariam este mecanismo se for acertado outro tipo de transparência, esta aplicada aos fundos financeiros por parte dos países industrializados, que prometeram em Copenhague 100 bilhões de dólares anuais a partir de 2020.

**Fonte:** [Folha.com](http://Folha.com)

11/12/2010

## **COP 16 vai terminar sem 2º período de Kyoto, informa delegação do Brasil**

A Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 16), que acontece em Cancún, no México, ainda está na fase final de negociações, mas já está definido que um segundo período do Protocolo de Kyoto não será acordado aqui, segundo o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, negociador-chefe do Brasil na reunião.

De acordo com ele, o grupo que negociava a segunda fase de compromisso, liderado por Brasil e Reino Unido, vai apresentar na plenária desta tarde um texto em que se reafirma a necessidade da renovação do protocolo, ponto que nações como Japão e Canadá antes questionavam, mas sem assumir de fato o acordo. O texto diz que a questão deve ser definida até a COP 17, que acontece em dezembro de 2011 em Durban, na África do Sul.

Para Figueiredo, essa saída “dá um novo impulso às negociações para superar esse momento menos positivo”. A renovação do protocolo era um ponto defendido pelo Brasil, assim como por todo o G77, grupo dos países em desenvolvimento do qual faz parte. “Quando está num momento ruim de uma negociação, você não a termina. Você adia para dar mais tempo para buscar uma saída melhor”, acrescentou.

A discussão sobre a continuidade do acordo era uma das mais acirradas na COP 16. Japão, Canadá e Rússia não queriam sua continuidade. O país asiático declarou não ver sentido num novo período de compromisso sob esse acordo, já que ele não se aplica a China e EUA, os dois maiores emissores de gases-estufa.

Aprovado em 1997, o protocolo é o único instrumento legalmente vinculante (de cumprimento obrigatório), em que países desenvolvidos se comprometem a reduzir suas emissões de gases causadores de efeito estufa. Como ele expira em 2012 e não há um acordo para substituí-lo, discute-se que seja prolongado.

Segundo Figueiredo, o texto preparado em Cancún deixa uma “mensagem clara” de que o Protocolo de Kyoto precisa ser prorrogado o mais rápido possível, para que não haja um período sem metas de redução de emissões de gases estufa.

**Outros textos** – A presidência mexicana está reunindo os outros textos que devem compor um “pacote balanceado” de decisões a serem aprovadas. “Aqui sai um pacote de decisões, como em toda COP. Em Copenhague é que foi diferente”, explica Figueiredo – a COP 15 produziu apenas um texto vago de “entendimento”, visto por muitos como um fracasso nas negociações. “Espero que tenhamos ganhos em diversas áreas, como REDD (redução de emissões por desmatamento e degradação florestal), financiamento, tecnologia”, concluiu o embaixador, referindo se à atual conferência.

**Fonte:** [Dennis Barbosa/G1](#)

**13/12/2010**

## **Reunião da ONU em Cancun aprova limite de aquecimento e criação de Fundo Verde**

Sob aplausos, a 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança Climática (COP-16) terminou pouco depois das 4h da manhã de hoje (11) em Cancun, no México, com uma série de acordos que retomam a direção do processo internacional.

Pela primeira vez, a manutenção da elevação da temperatura global em 2 graus Celsius (°C), com previsões de revisão desse objetivo entre 2013 e 2015 para 1,5°C – como recomendam cientistas – entrou em um documento internacional.

O texto também estabelece a operação de um Fundo Verde, que até 2020 deverá liberar US\$ 100 bilhões por ano, administrado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a participação do Banco Mundial como tesoureiro.

O conselho administrativo deverá ser composto por 40 representantes: 25 de países em desenvolvimento e apenas 15 dos países ricos. Os acordos não especificam, entretanto, a origem das verbas que deverão formar o fundo.

Representantes de 194 países aprovaram – apesar da oposição isolada da Bolívia – acordos que incluem os pontos mais importantes do Acordo de Copenhague, a carta de intenções que foi produzida na reunião de 2009, e introduzem avanços importantes.

Com o Acordo de Cancun, crescem as expectativas de que a próxima reunião do clima, em Durban, na África do Sul, em 2011, possa produzir um tratado legalmente vinculante, capaz de obrigar a comunidade internacional a cortar emissões de gases de efeito estufa e combater os efeitos das mudanças climáticas.

Foi aprovado também, embora ainda sejam necessários ajustes para garantir o início de funcionamento, o mecanismo de conservação das florestas conhecido como Redd (sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação).

O financiamento das ações de Redd – especificamente se os fundos poderão ser provenientes de mercados de carbono – ficou adiado para as discussões do ano que vem. O acordo, no entanto, recebeu críticas de organizações não governamentais sobre as chamadas salvaguardas dos projetos de Redd, para garantir, entre outros pontos, a defesa de direitos indígenas e da biodiversidade, que acabaram incluídas em um anexo ao documento.

Apesar dos avanços, o acordo ficou aquém do que se esperava antes de Copenhague, quando existia a expectativa de um acordo legalmente vinculante, com metas ambiciosas de redução de emissão de gases para países ricos e pacotes de financiamento para países em desenvolvimento.

**Fonte:** [BBC Brasil/Agência Brasil](#)

**13/12/2010**

### **Definição de pacote na Conferência do Clima fortalece multilateralismo**

A aprovação de um pacote de medidas na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 16) deu novo impulso ao sistema de negociações multilaterais, desacreditadas no âmbito das discussões climáticas, pelos poucos resultados práticos.

A COP 16, em Cancún, no México, conseguiu aprovar, na madrugada deste sábado (11), um pacote de decisões sobre ações para enfrentar as causas e efeitos das mudanças climáticas.

Entre as principais medidas aprovadas está a criação de um “Fundo Verde”, um mecanismo para que os países ricos ajudem financeiramente os mais pobres na luta contra as mudanças climáticas.

A reunião final teve clima muito otimista. “O que a maioria das partes queria era fazer um número substancial de decisões aqui em Cancún, para salvar todo esse processo, mostrar que ele pode trazer resultados. Acho que vimos isso aqui em Cancún”, comemorou a negociadora-chefe do bloco europeu, Connie Heedegard. A ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, deu nota 7,5 ao acordo obtido no balneário mexicano.

**Fonte:** [AmbienteBrasil](#)

13/12/2010

## **Correa propõe imposto sobre petróleo contra aquecimento global**

O presidente equatoriano, Rafael Correa, defendeu neste sábado, durante a reunião da Opep em Quito, a aplicação de um imposto sobre as exportações de petróleo contra os responsáveis pelo aquecimento global.

“Aplicando o imposto contra os responsáveis pelas emissões (de gases do efeito estufa) teremos justiça econômica e justiça climática, porque os maiores consumidores de petróleo pagarão mais pelas emissões que vão produzir”, disse Correa na abertura da reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Segundo Correa, com uma taxa de 5% sobre as exportações de petróleo seria possível gerar anualmente uma verba de 40 bilhões de dólares para se enfrentar o aquecimento global.

“A Opep pode conseguir o que o Protocolo de Kyoto não atingiu: que os emissores de CO<sub>2</sub> paguem por suas ações, paguem pela poluição e pelos problemas que provocam”.

Segundo Correa, o dinheiro obtido com o imposto seria revertido para se enfrentar os efeitos do aquecimento global e financiar projetos de redução das emissões de CO<sub>2</sub>.

“Esta é a proposta mais concreta da história para se fugir da retórica e começar a combater a mudança climática”, disse o líder equatoriano.

Correa estimou que “diante da resistência dos países responsáveis pela mudança climática”, que ficou clara na reunião de Cancún, “a Opep pode inclinar a balança a favor da sustentabilidade do planeta”.

“Devemos usar o poder da Opep para tirar nossos povos da pobreza, reequilibrar as relações de poder (...) e deixar para a posteridade um mundo mais sustentável e mais humano”, concluiu.

**Fonte:** [France Presse/G1](#)

13/12/2010

## **Resultado de conferência do clima em Cancún surpreendeu, diz “Economist”**

A conferência sobre mudanças climáticas em Cancún, concluída neste sábado, superou as baixas expectativas e se tornou um “sucesso surpreendente”, segundo análise da revista The Economist.

Representantes de 194 países aprovaram –apesar da oposição isolada da Bolívia– acordos que incluem os pontos mais importantes do Acordo de Copenhague, a carta de intenções que foi produzida na reunião de 2009, e introduzem avanços importantes e criam expectativas para que um acordo vinculante seja assinado no ano que vem.

A revista diz que, ao aprovarem os textos finais da reunião, os participantes do evento aplaudiram com entusiasmo porque perceberam que “os documentos podem, de fato, ser adotados [pelos países] e que as feridas abertas com o fracasso [da conferência prévia] de Copenhague podem ser curadas”.

Elogiando os esforços diplomáticos mexicanos –país-sede da conferência–, a “Economist” diz que os acordos não-vinculantes assinados em Cancún trazem “avanços”, ainda que ‘modestos’.

Entre esses avanços está o REDD (sigla para redução de emissões por desmatamento e degradação), mecanismo de conservação das florestas, mas também houve em Cancún mostras de “novas formas de fazer as coisas, em vez de apenas falar sobre elas”.

## **EXPLICAÇÕES**

Quanto ao porquê de Cancún ter sido relativamente bem-sucedida, a revista aponta que um motivo inicial eram as “baixas expectativas” geradas pelo fracasso em Copenhague em 2009.

“Um fracasso semelhante teria matado as conversas multilaterais sobre o clima, e muitas das partes valoram o processo o suficiente para fazer concessões extras’ para que a reunião fosse concluída com êxito, diz a Economist.

Além disso, a China, “que não gostou de ter levado a culpa por Copenhague”, esforçou-se para não ser responsabilizada outra vez e provavelmente convenceu outros relutantes países em desenvolvimento a aderir ao acordo.

E a liderança mexicana “fez muito para assegurar aos países que suas opiniões estavam sendo ouvidas e que não havia conversas secretas subvertendo o processo”.

A revista conclui que os resultados de Cancún não são extraordinários nem suficientes para a redução do aquecimento global, mas indicam um “início de mudança”.

**Fonte:** [BBC BRASIL/Folha.com](http://www.bbc.com/brasil)

**13/12/2010**

## **Ministra do Meio Ambiente dá nota 7,5 ao acordo de Cancún**

A pedido da BBC Brasil, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, avaliou com nota 7,5 o acordo fechado ao fim da reunião das Nações Unidas sobre o clima, em Cancún, neste sábado.

‘Tem coisas até que surpreenderam. A questão do fundo verde, do REDD’, afirmou a ministra, acrescentando que 2011 será um ‘ano de muito trabalho’ para que Durban possa ser um sucesso.

No entanto, para muitos analistas, os avanços foram apenas modestos, mesmo tendo ficado acima das expectativas sobre o encontro.

Ao lançar as fundações para um futuro tratado internacional de combate às mudanças climáticas, os Acordos de Cancún ficaram acima das expectativas sobre o encontro mexicano.

Com isso, crescem as expectativas para a reunião em Durban, na África do Sul. Principalmente porque muitos dos detalhes mais complexos das negociações não foram resolvidos, mas apenas adiados para negociações futuras.

‘Ainda não chegamos lá. Em Durban, precisamos de um acordo global que ajude os países a construir uma economia verde e que responsabilize poluidores’, afirmou o diretor de política climática do WWF, Wendel Trio.

### **Adiamento de decisões**

No que diz respeito a ações de adaptação à mudança do clima, assuntos difíceis, como a lista de países mais vulneráveis e mecanismos para indenizar países que sofram perdas permanentes ou danos, também ficaram para o ano que vem.

Para Poul Erik Lauridsen, coordenador de política de mudança climática da organização não-governamental CARE, é necessário adotar cautela diante do progresso de Cancún, já que ‘questões difíceis de mitigação e finanças continuam sem solução’.

Um dos assuntos mais importantes para o Brasil, o mecanismo de proteção de florestas REDD (redução de emissões por desmatamento e degradação) também não escapou de críticas.

Para a ONG Amigos da Terra, o sistema de REDD precisa ser financiado por verbas públicas. No entanto, o acordo de Cancún também deixou essa decisão para o ano que vem.

‘Mecanismos para acabar com o desmatamento não devem permitir que países ricos continuem a emitir carbono. Florestas não são estoques de carbono e não devem ser comercializadas’, afirmou a ambientalista Lúcia Ortiz.

O resultado de Cancún foi considerado ‘modesto’ pelo grupo ambientalista americano Environmental Defense Fund.



O grupo destacou a aprovação do sistema de proteção de florestas, mas disse que como um todo, o resultado representa apenas 'uma fração do que é necessário'.

**Fonte:** [BBC Brasil/G1](#)

13/12/2010

## **Saiba quais são as principais medidas adotadas em Cancún**

O acordo firmado neste sábado em Cancún pela conferência da ONU sobre mudanças climáticas prevê uma série de mecanismos para combater o aquecimento global e permitir que os países mais pobres e vulneráveis se adaptem as suas dramáticas consequências.

### **Estes são seus pontos principais:**

#### **FUTURO DO PROTOCOLO DE KYOTO**

- Convoca os países desenvolvidos a discutir uma nova fase de compromissos de redução de emissões sob o Protocolo de Kyoto, cuja primeira fase expira no final de 2012, “para garantir que não ocorra um hiato” entre os dois períodos.

Não requer, por enquanto, que as nações assinem compromissos para o período posterior a 2012. Japão liderou a oposição à prolongação do Protocolo, alegando que é injusto porque não inclui os dois maiores emissores: Estados Unidos (porque não o ratificou) e China (por ser um país em desenvolvimento).

#### **AJUDA PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**

- Cria uma nova instituição, o Fundo Verde, para administrar a ajuda financeira dos países ricos aos mais pobres.

Até agora, União Europeia, Japão e Estados Unidos prometeram contribuições que devem chegar a US\$ 100 bilhões anuais em 2020, além de uma ajuda imediata de US\$ 30 bilhões.

- Convida o Banco Mundial a servir como tesoureiro interino do Fundo Verde Climático por três anos.

- Estabelece um conselho de 24 membros para dirigir o Fundo, com igualdade de representação de países desenvolvidos e em desenvolvimento, junto com representantes dos pequenos Estados insulares, mais ameaçados pelo aquecimento.

- Cria um centro de tecnologia climática e uma rede para ajudar a distribuir o conhecimento tecnológico aos países em desenvolvimento, com o objetivo de limitar as emissões e se adaptar aos impactos das alterações climáticas.

#### **MEDIDAS PARA FREAR O AQUECIMENTO**

- Salaria a necessidade urgente de realizar “fortes reduções” nas emissões de carbono para evitar que a temperatura média do planeta aumente mais de 2°C em comparação com os níveis da era pré-industrial.

- Convoca os países industrializados a reduzir suas emissões entre 25% e 40% em 2020 em relação ao nível de 1990. Esta parte encontra-se incluída no Protocolo de Kyoto, e por isso não inclui os Estados Unidos, que nunca o ratificaram.

- Concorde em estudar novos mecanismos de mercado para ajudar os países em desenvolvimento a limitar suas emissões e discutir essas propostas na próxima conferência, no final de 2011, em Durban (África do Sul).

#### **FISCALIZAÇÃO DAS AÇÕES DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO PARA REDUZIR AS EMISSÕES**

Esses países, especialmente os grandes emergentes, como China, Brasil e Índia, “em função de suas capacidades”, divulgarão a cada dois anos relatórios que mostrem seus inventários de gases de efeito estufa, e informações sobre suas ações para reduzi-los.

Esses relatórios serão submetidos a consultas e análises internacionais, “não intrusivas”, “não punitivas” e “respeitando a soberania nacional”.

### **REDUZIR O DESMATAMENTO**

- Traz o objetivo de “reduzir, parar e reverter a perda de extensão florestal” nas florestas tropicais. O desmatamento responde por 20% das emissões de gases de efeito estufa globais. Pede aos países em desenvolvimento que tracem seus planos para combater o desmatamento, mas não inclui o uso de mercados de carbono para seu financiamento.
- Exorta todos os países a respeitar os direitos dos povos indígenas.

**Fonte:** [FRANCE PRESSE/Folha Online](#)

15/12/2010

## **COP 16 fecha acordo histórico para o clima**

Por Redação CEBDS

Pela primeira vez, os 194 países signatários da Convenção das Partes da ONU sobre Mudanças Climáticas concordaram que é preciso evitar o aquecimento global em mais de 2°C, sob o risco de tornar seus efeitos catastróficos e irreversíveis.

Parece pouco, mas é até hoje a Convenção, que já tem quase 20 anos, ainda não tinha um texto que reconhecesse o alerta dos cientistas de que o aumento da temperatura na Terra era uma ameaça à vida no planeta. O Acordo de Cancún deixou para a próxima Conferência (COP 17), em Durban, na África do Sul, o estabelecimento das metas de redução, necessárias para evitar o aquecimento e que vão substituir o Protocolo de Kyoto, em vigor só até 2011.

O Acordo de Cancún teve outros avanços importantes. Um deles foi a criação do Fundo Verde, que vai arrecadar US\$ 30 bilhões dos países ricos (entre eles EUA, Japão e os países da União Européia) até 2012 e, a partir daí, mais US\$ 100 bilhões por ano para financiar a adaptação dos países pobres e emergentes aos efeitos das mudanças climáticas. O Fundo será gerido inicialmente pelo Banco Mundial e depois por um comitê a ser criado pela Convenção do Clima.

Outra conquista de Cancún foi a definição de uma ajuda financeira aos países que mantêm suas florestas, como Brasil, Indonésia e Congo, por meio de um mecanismo chamado REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação). Em princípio, o Brasil não receberá investimentos já que o primeiro valor será destinado ao monitoramento das florestas e isso o país já faz e bem.

Também ficou acordado que EUA, China e todos os maiores emissores de gases de efeito estufa serão inspecionados para assegurar que os cortes definidos serão mesmo feitos.

O Brasil se antecipou ao anunciar, voluntariamente, um limite para as emissões, regulamentando o decreto de implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas (veja "Brasil anuncia teto de emissões às vésperas do fim da Cop16"). O texto das Convenções do Clima e da Biodiversidade, por dependerem do consenso de 194 países que têm em alguns casos interesses antagônicos, acabam indicando o que ainda está por vir. O fato de o Brasil reduzir suas emissões é um sinal de que o país está atento e disposto a entrar na corrida verde, determinante para o futuro da economia.

Assim como fez na COP de Biodiversidade em Nagoya, a Bolívia, apesar de não comprometer o acordo, pediu para deixar registrado que não apóia o texto, considerado vago demais. Venezuela e Arábia Saudita, assim como Cuba, também se disseram insatisfeitos. As Malvinas, por outro lado, pontuaram que

“o texto não é perfeito, todos os países fizeram concessões, mas os documentos representam um grande passo adiante em direção a um acordo internacional sobre o clima”. O pacote “amplo e equilibrado” de decisões havia sido finalmente obtido e, respaldados por palmas emocionadas da platéia de negociadores e observadores, a grande maioria dos países – inclusive o Brasil – manifestou seu apoio à adoção dos textos. Às 4h30 da madrugada de sábado, o martelo foi batido, selando um fim bem sucedido às negociações da COP 16. Assim que estiverem formatados, os textos do Acordo serão disponibilizados na página da UNFCCC (<http://unfccc.int>).

**Fonte:** <http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=84800&edt=>

16/12/2010

## **Brasil foi protagonista nas discussões internacionais**

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou nesta quarta-feira (15) que o Brasil demonstrou possuir as três qualidades necessárias para contribuir para o sucesso nas conferências internacionais: capacidade de diálogo, diplomacia eficiente e conhecimento técnico. A declaração foi feita durante evento promovido pela Universidade de Brasília para discutir os avanços e desafios dos acordos internacionais de biodiversidade e clima, tratados em Nagoya, no Japão, e em Cancún, no México.

Em relação à 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada na segunda quinzena de outubro em Nagoya, a ministra explicou que estava em jogo, do ponto de vista político, o processo multilateral, questionado após a Conferência do Clima, em Copenhague, no final de 2009. “O Protocolo de Nagoya sobre acesso e repartição de benefícios foi negociado até o último minuto”, lembrou a ministra.

Em Nagoya foram ainda definidas as metas para 2020, cujo desafio para o Brasil será a conservação da biodiversidade nos ecossistemas costeiros e marinhos. A ministra lembrou que, apesar de nenhum dos países ter cumprido as metas de conservação estabelecidas para 2010, “o Brasil é o campeão no cumprimento das metas, tendo criado 75% das áreas protegidas em todo o mundo nos últimos oito anos.” A ministra falou ainda do terceiro resultado da COP 10, que trata dos meios de financiamento para implementação das ações. “Será preciso construir a Estratégia Nacional até 2012, para então acessar os recursos necessários para implementar as ações, pois a partir de Nagoya o repasse de recursos deverá ser sempre associado a objetivos claros.”

O secretário de Biodiversidade e Florestas, Bráulio Dias, reforçou que, a partir da COP 10, os valores da biodiversidade serão incluídos nas contas públicas nacionais, até 2020 serão eliminados todos os incentivos econômicos perversos para a biodiversidade e serão criados incentivos positivos para valorização da biodiversidade, saindo da política tradicional de comando e controle.

**Cancún** – Segundo a ministra, a 16ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, no México, não gerava muitas expectativas por conta dos resultados da COP 15 em Copenhague, mas surpreendeu a todos, mais uma vez, pelo protagonismo do Brasil que, em conjunto com o Reino Unido, conseguiu assegurar que o Protocolo de Kyoto continue em negociação, apesar das profundas divergências em relação à segunda fase de compromissos do Protocolo.

Ela lembrou que, durante a COP 16, o Brasil anunciou a curva de redução das emissões até 2020, por meio de decreto assinado pelo presidente Lula. “Fomos o primeiro país do mundo a fazer um anúncio deste tipo, mesmo com o cenário de crescimento da economia”, afirmou a ministra. “O Protocolo de Kyoto é essencial para que o impacto sobre as mudanças climáticas seja significativo e

o Brasil está comprometido em fazer sua parte a fim de garantir a construção de uma economia de baixo carbono no futuro”, finalizou a ministra.

**Fonte:** <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2010/12/16/64081-brasil-foi-protagonista-nas-discussoes-internacionais.html>

16/12/2010

## O Planeta vai continuar com febre

Por Leonardo Boff\*

A COP 16 terminou na madrugada do dia 11 dezembro em Cancún com pífias conclusões, tiradas mais ou menos a forceps. São conhecidas e por isso não cabe aqui referi-las. Devido ao clima geral de decepção, foram até mais do que se esperava mas menos do que deveriam ser, dada a gravidade da crescente degradação do sistema-Terra. Predominou o espírito de Copenhague de enfrentar o problema do aquecimento global com medidas estruturadas ao redor da economia. E aqui reside o grande equívoco, pois o sistema econômico que gerou a crise não pode ser o mesmo que nos vai tirar da crise. Usando uma expressão já usada pelo autor: tentando limar os dentes do lobo, crê-se tirar-lhe a ferocidade, na ilusão de que esta reside nos dentes e não na natureza do próprio lobo. A lógica da economia dominante que visa o crescimento e o aumento do PIB implica na dominação da natureza, na desconsideração da equidade social (dai a crescente concentração de riqueza e a célere apropriação de bens comuns) e da falta de solidariedade para com as futuras gerações. E querem-nos fazer crer que esta dinâmica nos vai tirar das muitas crises, sobretudo a do aquecimento global.

Mas cumpre enfatizar: chegamos a um ponto em que se exige um completo repensamento e reorientação de nosso modo de estar no mundo. Não basta apenas uma mudança de vontade, mas sobretudo se exige a transformação da imaginação. A imaginação é a capacidade de projetar outros modos de ser, de agir, de produzir, de consumir, de nos relacionarmos-nos uns com os outros e com a Terra. A Carta da Terra foi ao coração problema e de sua possível solução ao afirmar: "Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Isto requer uma mudança nas mentes e nos corações. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global".

Este propósito no se fez presente em nenhuma das 16 COPs. Predomina a convicção de que a crise da Terra é conjuntural e não estrutural e pode ser enfrentada com o arsenal de meios que o sistema dispõe, com acordos entre chefes de Estado e empresários quando toda a comunidade mundial deveria ser envolvida. A referência de base não é a Terra como um todo, mas os estados-nações cada qual com seus interesses particulares, regidos pela lógica do individualismo e não pela da cooperação e da interconexão de todos com todos, exigida pelo caráter global do problema. Não se firmou ainda na consciência coletiva o fato de que o Planeta é pequeno, possui recursos limitados, se encontra superpovoado, contaminado, empobrecido e doente. Não se fala em dívida ecológica. Não se toma a sério a crise ecológica generalizada que é mais que o aquecimento global. Não são suficientes a adaptação e a mitigação sem conferir centralidade à grave injustiça social mundial, aos massivos fluxos migratórios que alcançaram já a cifra de 60



milhões de pessoas, a destruição de economias frágeis com o crescimento em muitos milhões de pobres e famintos, a violação do direito à seguridade alimentar e à saúde. Falta articular a justiça social com a justiça ecológica.

O que se impõe, na verdade, é um novo olhar sobre a Terra. Ela não pode continuar a ser um baú sem fundo de recursos a serem explorados para benefício exclusivamente humano, sem considerar os outros seres vivos que também precisam da biosfera. A Terra é Mãe e Gaia, tese sustentada sem qualquer sucesso pela delegação boliviana, e por isso sujeita de direitos e merecedora de respeito e de veneração. A crise não reside na geofísica da Terra, mas na nossa relação de agressão para com ela. Nós nos tornamos numa força geofísica altamente destrutiva, inaugurando, como já se fala, o antropoceno, uma nova era geológica marcada pela intensiva intervenção descuidada e irresponsável do ser humano.

Se a humanidade não se acertar ao redor de alguns valores mínimos como a sustentabilidade, o cuidado, a responsabilidade coletiva, a cooperação e a compaixão, poderemos nos acercar de um abismo, aberto lá na frente.

*\*Leonardo Boff foi observador na COP-16 em Cancún.*

**Fonte:** <http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=84861&edt=>

16/12/2010

## **COP-16: ‘É preciso mudar o sistema e não o clima’. Entrevista especial com Ivo Poletto**

Por Redação IHU

Presente na 16<sup>o</sup> Conferência do Clima, que ocorreu em Cancún, Ivo Poletto conversou, por telefone, com a IHU On-Line assim que chegou ao Brasil. Ele nos conta sobre os bastidores da COP-16, das principais reivindicações e diz que, de certa forma, este encontro foi melhor do que o ocorrido no ano passado em Copenhague. “No evento em que se tratou da miséria, escutamos os companheiros dos vários países. Estes narraram os eventos extremos das mudanças climáticas em seus países. Eles trouxeram o testemunho sobre enchentes enormes, grandes quantidades de chuva em pouco tempo, períodos de seca intensos. São situações que causam um desastre social e da biodiversidade imenso, causando muito sofrimento. Por isso mesmo há um sentimento crescente de que temos que chegar a acordos o mais urgentemente possível”, analisou.

Ivo Poletto é assessor de pastorais e movimentos sociais. Trabalhou durante os dois primeiros anos do governo Lula como assessor do Programa Fome Zero e foi o primeiro secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Autor, entre outros, do livro Brasil, oportunidades perdidas: Meus dois anos no governo Lula (Rio de Janeiro: Garamond, 2005), é cientista social e educador popular.

### **Confira a entrevista.**

#### **IHU On-Line – O senhor esteve em Cancún acompanhando a COP-16 a convite de quem e com que propósito?**

Ivo Poletto – Nós estávamos participando de um evento organizado por uma entidade da Igreja Católica alemã de solidariedade internacional. Ela apoia, há muito tempo, iniciativas sociais ligadas às pastorais e movimentos sociais, aqui no Brasil, da América Latina, na África, na Ásia. Junto a outras unidades de solidariedade, ela resolveu chamar algumas pessoas ligadas da América Latina para realizarmos, em Cancún, um seminário durante a COP-16. Desta forma, conseguimos, ao mesmo tempo, participar de vários espaços que existiram durante a realização da COP-16.

#### **IHU On-Line – Como se deu a dinâmica das conferências paralelas à COP-16?**

Ivo Poletto – Pelo lado mais institucional, nós tínhamos a Conferência do Clima que é a 16<sup>a</sup> e ela aconteceu num grande hotel de Cancún. Participaram deste evento representantes dos governos, negociadores das entidades da ONU e também representantes de ONG’s. Antes de chegar nesse espaço oficial da COP-16, havia um outro espaço localizado num grande salão de eventos. Ali que se faziam as inscrições para o encontro e também era o local onde havia

material disponível de tudo quanto é iniciativa ligada ao clima, tais como: iniciativas de países, de ONG's, de empresas, inclusive brasileiras.

Depois esse espaço contava ainda com sala para reuniões e debates promovidos por ONG's, à maneira como que se faziam durante o Fórum Social Mundial. Então, as ONG's se organizavam antes e previam ali debates sobre determinados temas que tinham a ver com a negociação oficial. A finalidade destes debates era evidentemente elaborar propostas e depois tentar contribuir ou influenciar o trabalho da conferência oficial. Além desses dois espaços que poderíamos considerar mais próximos do que foi o evento oficial, nós tivemos na cidade de Cancún três outros espaços organizados pela sociedade civil. O segundo e que reuniu talvez o maior número de movimentos sociais, de entidades ligadas às pastorais, ONG's do México e de outras localidades do mundo e que se chamava Justiça Climática, era o espaço mexicano, um espaço onde ocorriam debates, reuniões de plenária, e também onde organizaram uma manifestação pública que ocorreu dia 7.

Outro espaço foi mais reunido pelos movimentos que estão articulados pela Via Campesina. E ainda uma terceira da sociedade civil que era chamado de Clima Fórum e era constituído pelas chamadas grandes ONG's que, em geral, também tem participação nas negociações junto aos espaços oficiais da própria ONU.

**IHU On-Line – Como foi a relação entre os delegados brasileiros que foram à conferência dos movimentos sociais e os delegados da representação oficial do governo? Vocês conversavam? Há convergências?**

Ivo Poletto – Fui reconhecido como parte da delegação brasileira, pois participei tanto de atividades no espaço mexicano com as ONG's e outros movimentos, como estive presente nos dois espaços oficiais. Ainda assim, posso dizer que não trabalhei diretamente com os negociadores pelo governo brasileiro durante essa conferência.

Podemos dizer que influenciámos indiretamente o debate, principalmente pela pressão feita no dia da mobilização. No dia 7, houve uma caminhada pela cidade onde manifestamos publicamente quais eram os pontos essenciais e que como ligados a entidades, representantes da sociedade civil, achamos que era importante que fossem levados adiante pela conferência. No entanto, esse trabalho não foi feito direto nas negociações, não houve tempo para que eu pudesse dar essa contribuição.

**IHU On-Line – Na Conferência alternativa dos movimentos sociais, havia concordância entre as posições e propostas ou manifestaram-se divergências? O Greenpeace e a Via Campesina, por exemplo, pensam de forma similar? Qual é a sua percepção?**

Ivo Poletto – Creio que as proposições não são assim tão diferentes, quem sabe talvez o pessoal da Via Campesina se aproxime, em termos de estratégia prática de ação, da posição do governo boliviano. Este tem uma convicção de

que se não alcançarmos uma transformação profunda da sociedade mundial, que por enquanto é determinada pelos padrões produtivista e consumista da sociedade capitalista. Então o planeta continua ameaçado.

O trabalho feito no outro fórum também diz ser preciso mudar o sistema e não o clima. Parece que esse é o grito comum entre todas as entidades. Uma coisa interessante que observamos lá é que várias entidades e movimentos sociais participaram das duas manifestações. Com isso, as delegações se dividiram e estavam uma parte na manifestação da Via Campesina e outra parte nessa outra que se considerava mais unitária.

Neste sentido, eu acho que está colocado um desafio para os participantes, no sentido de se perguntar se, de fato, ali trabalhamos na perspectiva de uma maior unidade. Haja, talvez, alguma diferença maior entre algumas entidades que ainda são mais concessivas a algumas das propostas que são defendidas dentro da conferência oficial no sentido de utilizar o dinheiro, aceitar essa questão de bônus de carbono, aceitar certas mediações econômicas como se elas pudessem efetivamente ajudar a enfrentar o problema.

Nesse ponto, a maioria dos movimentos sociais e das entidades percebe que este pode ser um grande engano. Pode ser uma tentativa ainda do próprio capitalismo de negociar o desastre provocado pelo produtivismo, pelo consumismo promovido pela sociedade capitalista.

**IHU On-Line – Que reivindicações mais chamaram sua atenção? Há novidades, particularidades nesse debate que foge do que podemos acompanhar desde o Brasil?**

Ivo Poletto – Durante todos os dias da conferência houve um clima de quase de desânimo, no sentido de perceber que no, âmbito oficial, muito provavelmente poderiam até recuar em relação aos acordos que já existiam. Havia uma pressão muito forte para abandonar até o Protocolo de Kyoto, que é a única negociação internacional que se tem e indica o caminho de obrigatoriedade dos países para se diminuir a emissão de gases que provocam o efeito estufa.

Muitos estavam sem perspectivas de saída, então todos os movimentos trabalharam juntos para que nada do que já estivesse acordado anteriormente fosse recuado e que pudessemos apenas avançar a partir daí. Nesse sentido, continuar a pressão sobre os Estados Unidos para que assuma o Protocolo de Kyoto já é um avanço. Países como os EUA enriqueceram ao longo do processo de colonização e depois de exploração internacional através do controle do comércio e do controle da especulação internacional, das dívidas externas, ou seja, fazendo um tipo de economia que emitiu muitos gases de efeito estufa. Agora é a hora de eles assumirem a responsabilidade maior para enfrentar o problema.

Por outro lado, houve reivindicações de que mesmo os países mais empobrecidos, que foram mais explorados e que, às vezes, têm pouco a ver com as causas do aquecimento, procurassem fazer o possível para podermos

diminuir o desequilíbrio em que se encontra o planeta. Reconhece-se que tem que se colocar 2°C como máximo aceitável de aquecimento. Isso significa no máximo 1°C, 1,2°C a mais do que já está de aquecimento até agora.

**IHU On-Line – Houve algum testemunho que, particularmente, chamou sua atenção?**

Ivo Poletto – Escutamos os delegados oficiais em alguns momentos em que nós pudemos estar na COP-16. Um deles afirmou: “nós temos que, de fato, avançar, porque o meu país está quase debaixo da água”. Este é o caso da Colômbia e da Venezuela, por exemplo.

No evento em que se tratou da miséria, escutamos os companheiros dos vários países. Estes narraram os eventos extremos das mudanças climáticas em seus países. Eles trouxeram o testemunho sobre enchentes enormes, grandes quantidades de chuva em pouco tempo, períodos de seca intensos. São situações que causam um desastre social e da biodiversidade imenso, causando muito sofrimento. Por isso, mesmo há um sentimento crescente de que temos que chegar a acordos o mais urgentemente possível.

**IHU On-Line – Na avaliação do senhor, quais são os movimentos sociais internacionais mais atentos à problemática ambiental?**

Ivo Poletto – Bom, é preciso ter presente que muitas pessoas e movimentos não puderam lá estar e muitos países só conseguiram ir com uma delegação muito pequena. Isso porque os países têm que assumir a maior parte dos custos das próprias delegações e os movimentos têm que assumir os custos do deslocamento dos seus participantes.

Dos que ali se reuniram as palavras mais fortes hoje estão sendo levantadas pelos movimentos indígenas

Tropa de choque observa o manifesto de um ativista na rodovia que liga centro da cidade com o hotel onde aconteceu a COP 16 que se articulam, e aí acho que a voz forte é mais a América Latina mesmo. Junto com os indígenas os camponeses do mundo devem ser destacados. E aí sem dúvida alguma a Via Campesina representa uma articulação mundial desses movimentos com uma voz forte e propositiva, no sentido tanto os indígenas quanto os camponeses, no sentido de dizer que se nos reconhecem, então nos apoiam. Estes movimentos são muito importantes.

Há outro conjunto de movimentos que está conseguindo lentamente ter uma articulação internacional que é o Movimento dos Atingidos por Barragens. Esses atingidos estão com uma voz cada vez mais forte e trazem como maior questionamento o seguinte: será mesmo que se precisa de toda essa energia? Será que não se deve repensar o nosso modelo de produção para ver se temos que continuar expandindo uma economia produtivista que vai depois buscar ou forçar, inclusive, um consumo em expansão crescente?

**IHU On-Line – No caso brasileiro, quem têm sido os maiores aliados da**

## **Luta contra a crise climática e impulsionadores do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social?**

Ivo Poletto – Uma questão que é desafiadora para todo mundo é a questão do urbano, do mundo das cidades. Percebemos que há muitas iniciativas no mundo urbano, no setor popular. Iniciativas que estão ligadas principalmente à questão da habitação popular e do direito à habitação. Dito isso, poderia apontar que aqui no Brasil nós temos, por exemplo, no próprio Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, movimentos articulados com caráter urbano, mesmo que ainda bastante frágil, que se organizam para que possam enfrentar os problemas climáticos extremos.

## **IHU On-Line – Cancún conseguiu fazer acordos melhores do que Copenhague?**

Ivo Poletto – Cancún conseguiu, ao menos, desmontar um certo sentimento de desânimo que havia. Neste sentido, a COP-16 representou, de fato, uma surpresa, pois ali se retomou a possibilidade de acordos mundiais. Neste sentido, eu acredito que ele terminou avançando em relação à Copenhague.

Agora, se nós olhamos o conteúdo do que foi aprovado, poderíamos dizer que ficou muito no espírito de Copenhague, ficou ainda muito determinado pelo econômico, muito ainda pela perspectiva de fundos, de bônus de carbono, tentando, então, preservar o que nós temos. Isso é ainda muito pouco em relação ao que deve ser construído positivamente de mudanças, sejam mudanças no funcionamento da economia, sejam mudanças no âmbito do consumo, ou ainda mudanças em outras dimensões da nossa vida que são essenciais se nós quisermos ajudar a terra a recuperar o seu equilíbrio.

**Fonte:** <http://www.envolverde.com.br/materia.php?cod=84853&edt=>